

Crescimento econômico e mudança ocupacional: uma crítica à hipótese dualista *

PAULO VIEIRA DA CUNHA **

Tendo por base uma amostra de trabalhadores na cidade de Monterrey, o segundo mais importante pólo industrial do México, este trabalho analisa a relação empírica entre a probabilidade de mudança ocupacional e o aprofundamento do processo de crescimento econômico através da substituição de importações durante o período de 1940 a 1965. Conclui que, por si só, esse processo não implicou entraves crescentes à fluidez entre as ocupações na base da estrutura ocupacional, contradizendo, portanto, a hipótese de que as políticas econômicas adotadas para efetivá-lo provocaram, ao atuarem sobre as decisões técnicas das empresas, o desenvolvimento crescentemente desigual de dois mercados de trabalho urbano: um protegido ou moderno e outro desprotegido ou tradicional. Observa-se, isto sim, uma estreita correspondência entre as variações na probabilidade de mudança ocupacional e o ritmo de acumulação.

1 — Introdução

Este trabalho tem uma preocupação e dois objetivos. A preocupação deve-se à larga e tenaz aceitação dos modelos de dualismo de mer-

* Este trabalho foi elaborado quando o autor era consultor do Development Research Department do Banco Mundial. As opiniões aqui expressas são de sua exclusiva responsabilidade e não representam o pensamento dessa instituição. Uma versão anterior foi apresentada no "Seminário sobre Movilidad Ocupacional en América Latina", organizado pela PREALC/OIT, em abril de 1982. O autor beneficiou-se dos comentários recebidos nesse seminário e em outros apresentados no Instituto de Pesquisas do IPEA e na FIPE/USP. Sugestões foram feitas também por A. Fishlow, D. Mazundar e V. Tokman. Nenhum deles é, contudo, responsável por eventuais falhas remanescentes.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA e do IEI/UFRJ.

cado como uma útil descrição sintética dos mercados de trabalho urbano na América Latina — apesar da existência de interpretações alternativas, na nossa opinião, mais adequadas. Isso reflete, em parte, uma fraqueza da literatura alternativa: ao mesmo tempo que são críticos do dualismo, os programas de pesquisa das várias escolas de pensamento estruturalista têm-se omitido, na maioria das vezes, na condução de análises críticas empiricamente fundamentadas.¹ Perseguindo esta finalidade, os objetivos deste trabalho são desenvolver e testar uma hipótese relativa à tendência na mobilidade ocupacional que seja compatível com a existência de dualismo no mercado de trabalho.

Para este propósito, analisamos a experiência ocupacional em uma amostra de 1.640 trabalhadores do sexo masculino em Monterrey (México) durante o período de 1940 a 1965. Não podemos testar diretamente a presença de dualismo, mas procuramos demonstrar que o processo de mudança ocupacional observado na amostra foi condicionado principalmente pelos ciclos de crescimento econômico. Não encontramos uma relação sistemática entre a suposta intensificação do dualismo durante o período de esforços deliberados de substituição-de-importações e as tendências previstas na probabilidade de mudança ocupacional para um vetor constante de características individuais dos trabalhadores. Uma implicação desse resultado é que o dualismo não pode ter exercido uma influência independente significativa no desenvolvimento histórico do mercado de trabalho industrial de Monterrey durante o seu período de mais expressivo crescimento.

¹ Existe, certamente, um desacordo básico a respeito do uso da evidência empírica como comprovação. Para os estruturalistas, de qualquer origem (e existem muitas), a crítica do dualismo não depende da evidência, mas sim da sua interpretação. Villavicencio (1979) apresenta uma pesquisa muito interessante, apesar de relativamente ultrapassada. O ponto pode, entretanto, ter sido demasiadamente enfatizado na infância da literatura *marginalista*, hoje desacreditada [cf. Nun (1969)].

Além dessa introdução, o trabalho inclui três outras seções. A que se segue descreve o desenvolvimento e o teste do que será chamado de hipótese dualista. Na terceira seção sugerimos uma interpretação alternativa para os resultados empíricos. O trabalho conclui com um breve sumário.

2 — A hipótese dualista

A força da hipótese dualista é a sua simplicidade teórica. Como é o caso em outras explicações simples para processos complexos, seu mérito é indicar uma causa supostamente fundamental. O dualismo pode não ser a única característica que influencia resultados que se observam no mercado de trabalho. Entretanto, seus defensores reivindicarão que ele é um evento condicionante de todos os demais resultados. Neste contexto repousa o apelo das sugestões dualistas para prescrições de política: um decréscimo no grau de dualismo irá sempre “deslocar o mercado na direção certa”.

O problema com a teoria é tão óbvio quanto intratável. Sendo uma teoria causal sobre eventos históricos, o dualismo tem que estar baseado numa representação particular do processo histórico relevante. Para identificar a causa fundamental dos efeitos que se observam no mercado de trabalho, a hipótese adota uma versão estilizada do processo de desenvolvimento.² Nossa apresentação da hipótese dualista inicia-se com um breve enunciado desta (frequentemente implícita) visão estilizada (Subseção 2.1). A Subseção 2.2 é um enunciado da teoria estritamente focada. Seu propósito é permitir a definição do problema empírico (Subseção 2.3), argumentando que as duas principais correntes analíticas do dualismo resultam na mesma hipótese relativa às tendências da mudança

² Uma crítica formal da teoria de crescimento econômico com dualismo é brilhantemente apresentada em Benetti (1976a) e discutida de forma mais geral em Benetti (1976b).

ocupacional num mercado de trabalho que experimenta um dualismo progressivo. A Subseção 2.4 discute a teoria de mudança ocupacional subjacente. A Subseção 2.5 introduz os métodos para a implementação empírica do modelo, cujos resultados estão resumidos na Subseção 2.6.

2.1 — O contexto do desenvolvimento

A condição do dualismo é considerada como uma característica fundamental e de longo prazo do mercado de trabalho urbano. Por motivos que serão explicados mais adiante, o conceito é utilizado para descrever uma situação de equilíbrio subótima. Este é um ponto que tem de ser enfatizado. Neste contexto, o termo dualismo não é usado para descrever mercados de trabalho que são cronicamente defeituosos, mas sim que operam de formas relativamente eficientes, *dadas as limitações a eles impostas*. Por este motivo, eles podem ratificar um padrão socialmente ineficiente de alocação de recursos (onde eficiência é definida no sentido neoclássico usual). Além disso, admite-se que o mercado de trabalho “funciona bem”: o trabalho responde aos incentivos de uma maneira previsível, e a operação do mercado de trabalho não impede a mudança da estrutura econômica, nem o aumento de produção que é parte do processo de desenvolvimento [Berry e Sabot (1978)]. Se os efeitos de mercado são menores do que os que poderiam ocorrer, a falha deve ser encontrada no processo de desenvolvimento — não no comportamento dos mercados de trabalho.

Fica claro, portanto, que o dualismo não é considerado como um distúrbio isolado único que leva de uma vez por todas ao ajuste no mercado de trabalho. Pelo contrário, ele é visto como um *processo* paralelo ao esforço intencional de industrialização por substituição-de-importações (ISI) que foi implementado por muitos países em desenvolvimento durante o período posterior à II Grande Guerra [Bruton (1972)]. O seu desenvolvimento está ligado a três fatores inter-relacionados [White (1978) resume convenientemente a literatura; ver também Berry (1978) e as referências lá citadas].

Em primeiro lugar, estão as políticas adotadas para promover a industrialização. Tais políticas teriam aumentado a taxa de lucros de um grupo seletivo de empresas industriais, fato que, no contexto dessas teorias, é considerado como um barateamento do preço relativo do capital. Admite-se, ademais, que o subsídio ao capital aumentou, ao mesmo tempo que o esforço de industrialização caminhou em direção à substituição de bens mais complexos (por isso, produzidos internamente com um custo progressivamente desvantajoso em relação aos preços mundiais). Conseqüentemente, postula-se um aumento contínuo no grau de dualismo nos mercados. O segundo fator considerado responsável pela intensificação do dualismo é o padrão de transferência de tecnologia, alternativamente descrito como uma causa suplementar ou uma conseqüência danosa.³ Em qualquer dos casos, como a industrialização avança em direção aos bens complexos, o padrão de transferência reforçaria o dualismo pelo alargamento do hiato tecnológico entre as firmas que são e as que não são recipientes de benefícios das políticas. Finalmente, acredita-se que o dualismo tem-se solidificado pela coincidência de interesses entre os condutores do Estado, os proprietários e os empregados da indústria moderna. Em particular, insiste-se frequentemente que, em troca de apoio político, os governos têm encorajado pressões sindicais no segmento moderno e que, adicionalmente, estes trabalhadores têm obtido legislação que os favorece, tais como leis de salário mínimo, restrições de demissões, etc. Estes aspectos são enfatizados no influente trabalho de Harberger (1971).

Por todas estas razões, o dualismo é entendido pelos teóricos dualistas como um fenômeno em expansão (em intensificação) que acompanha o processo de industrialização. Ele é concebido como a característica-chave na operação dos mercados de trabalho e, conseqüentemente, entendido como sendo responsável pelo alargamento

³ Seria uma conseqüência do dualismo se a escolha de técnicas pela firma (no grupo seletivo) fosse determinada pela distorção nos preços relativos. Seria uma causa se o grupo de firmas seletivo tivesse exigências tecnológicas que não podem ser exploradas em níveis internacionais de eficiência na economia local. Neste caso, para produzir localmente os produtos desejados, as firmas têm que receber um subsídio. Retornaremos a este ponto brevemente.

do hiato entre as perspectivas econômicas dos trabalhadores que estão dentro e dos que estão fora das posições no setor protegido. Os teóricos do dualismo têm dado pouca atenção aos estados temporários de desequilíbrio de mercado que devem ocorrer na transição entre dois equilíbrios. Por este motivo, implicitamente supõem que, para o estudo de mercados de trabalho, os processos de desenvolvimento das economias relevantes podem ser reduzidos às seguintes (reconhecidamente fracas) proposições descritivas: a) o crescimento econômico dá-se através de uma mudança suave e contínua na fronteira de possibilidades de produção agregada, com o foco da produção mudando gradualmente em direção a um uso maior de capital por unidade de produto; e b) esta última mudança ocorre principalmente em resposta às políticas econômicas que influenciam os preços de fatores de produção e/ou o *mix* de produtos desejados na economia.

2.2 — A teoria dualista

São de interesse as extensões da análise neoclássica aos processos de crescimento intensificadores da utilização de capital nas economias abundantes em trabalho. O foco é colocado na operação dos mercados de fatores. O dualismo refere-se principalmente a restrições no lado da demanda do mercado de trabalho que leva a ajustes na oferta, de tal forma que no mercado se estabelece um estado de equilíbrio subótimo, ou seja, uma situação na qual o uso relativo de fatores (apesar de adequada aos preços relativos de fatores) não corresponde à distribuição da dotação de fatores na economia. Estas restrições podem ser de dois tipos e, dependendo de qual deles seja, a combinação técnica de fatores de produção observada é efeito ou causa do dualismo. No primeiro esquema (Tipo I), as medidas políticas, como salários mínimos, levam a distorções nos preços dos fatores (e, daí, nos setores protegidos pela legislação) e à maximização de lucros pela escolha de técnicas socialmente ineficientes (ou seja, mais intensivas em capital ou menos intensivas em trabalho do que deveriam ser). Isso é apontado, entre outros, por Harberger (1971). Bruton e Frank (1977) apresentam um modelo formal sim-

plificado de ajustamento de mercados de trabalho inter-relacionados. No segundo esquema (Tipo II), os aspectos tecnológicos e administrativos das técnicas de produção de menor custo para produção em grande escala (por isso, adotadas somente por um subgrupo de produtores) levam as firmas a demandarem padrões mínimos de desempenho e, assim, a oferecerem “salários-eficiência” mínimos em excesso ao preço de reserva do trabalho urbano não-qualificado. Neste caso, o salário ótimo para o empregador (o salário que maximiza o lucro líquido) é maior do que o preço de oferta de trabalho. Essa argumentação foi elegantemente apresentada por Stiglitz (1974).

É interessante notar que, sob qualquer esquema, as conseqüências do dualismo sobre as estratégias de contratação das firmas, sobre as decisões de oferta dos trabalhadores e, portanto, sobre os arranjos no mercado de trabalho são as mesmas.

Consideremos primeiramente a decisão de contratação das firmas. Sob as hipóteses neoclássicas usuais (pós-teoria do capital humano), as ocupações oferecem uma combinação de rendimento corrente e de oportunidades de treinamento que propiciam rendimentos futuros maiores. Os empregos com maior tempo de treinamento pagam, *ceteris paribus*, salários mais baixos. O resultado é um mercado de trabalho funcionando com a produção conjunta de bens e de *know-how* e, conseqüentemente, respondendo a processos de contratação complexos e custosos sintonizados com variações em ganhos correntes e nas expectativas (carreira) de ganhos futuros. Em concorrência perfeita é necessário que os produtores ofereçam coletivamente (mas de forma não sistemática) um espectro de empregos com uma variação suficientemente grande de *trade-offs* entre salário e treinamento — um ponto enfaticamente argumentado num trabalho recente de Rosen (1972). Esta condição seria violada num mercado de trabalho que operasse sob uma restrição do Tipo II. Se uma firma demanda níveis mínimos de desempenho *na admissão*, ela irá virtualmente deixar de procurar possibilidades lucrativas para substituir trabalho de qualidade abaixo do padrão por níveis de salários mais baixos. Essa firma enfrenta, portanto, limitações restritivas na taxa marginal de substituição entre trabalhadores com características produtivas diferentes. Uma restrição do Tipo I levará

a um resultado equivalente. Se o salário mínimo legal é uma restrição atuante, poderia não ser lucrativo para a firma reter (ou empregar) trabalhadores cuja contribuição (esperada) ao valor da produção estivesse marginalmente abaixo do nível do salário mínimo. Para maximizar seus lucros, a firma teria de ser mais seletiva no mercado de trabalho. As combinações entre salário-e-treinamento que incluíssem níveis de salários abaixo do mínimo simplesmente não seriam consideradas. Em suma, com dualismo de qualquer tipo existe uma dupla mudança na demanda de mão-de-obra por parte das firmas no setor protegido (ou moderno). Quando comparada com uma situação sem dualismo, teríamos um viés no sentido das técnicas de produção mais intensivas em capital (ou seja, com menos emprego por unidade de produto). Além disso, o aumento nos salários e a redução no número de vagas cria incentivos para que os empregadores restrinjam as ocupações, selecionando e afastando os trabalhadores menos produtivos, de forma a reduzir o aumento nos custos de trabalho por unidades de eficiência.

O tratamento da oferta na teoria dualista é muito vago. Podemos, entretanto, nos basear em uma recente contribuição de Mincer (1981). Como este autor mostra, os aumentos de salário fazem as ocupações protegidas mais atrativas, mas a demanda de trabalhadores em tais ocupações é reduzida e feita mais seletivamente. Assim, a probabilidade de encontrar uma ocupação protegida é reduzida. Portanto, não é claro, *a priori*, se liquidamente a mão-de-obra está se deslocando na direção dos setores protegidos ou movendo-se para outros setores. Pode-se esperar que ela se mova para fora do setor protegido se a probabilidade de emprego neste setor cair em maior proporção que o aumento do salário. Adicionalmente, um fluxo na mesma direção ocorreria se os trabalhadores desempregados fossem avessos ao risco e, portanto, não estivessem dispostos a resistir a uma longa fase de desemprego aguardando na fila para emprego do setor protegido. Com o dualismo, ambos os efeitos são prováveis e se reforçam mutuamente. Sem acesso aos benefícios do seguro-desemprego ou recurso a poupanças acumuladas, sendo os principais contribuintes da renda familiar, os trabalhadores homens devem enfrentar o período de desemprego com uma redução do seu salário de reserva. Portanto, os não-qualificados irão prontamente

aceitar empregos com remunerações mais baixas no setor urbano não protegido. Por outro lado, a probabilidade de emprego no setor protegido depende crucialmente do fluxo de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho urbano. A literatura dualista é bastante clara a respeito disso. Os aumentos de salários têm um efeito positivo sobre a migração e mais ainda na presença de um rápido crescimento da população rural e das oportunidades de trabalho no setor urbano não protegido (reduzindo o impacto negativo das expectativas de desemprego no período pós-migratório sobre o fluxo migratório corrente). Os aumentos de salários também levam à diminuição no número de vagas no setor protegido. Por essas razões, admite-se que com o dualismo a elasticidade da probabilidade de um emprego protegido em relação aos aumentos nos salários protegidos é negativa e maior do que 1 [ver Todaro (1976), Blomqvist (1978) e, especialmente, a revisão de Arellano (1981)].

Para concluir, nessas circunstâncias o mercado de trabalho se equilibrará em uma posição caracterizada por salários mais altos e um número de empregos menor, porém mais seletivo, no setor protegido. Os rendimentos no setor não protegido devem cair, desencadeando uma expansão do emprego por unidade de produto.⁴ Em termos de fluxos no mercado de trabalho, o dualismo levará a uma diminuição da probabilidade de mudança ocupacional entre o trabalho menos qualificado no setor não protegido e as posições mais desejáveis no setor protegido. Esta probabilidade é a medida crítica para o nosso estudo.

2.3 — A hipótese dualista

Como apresentado, a hipótese dualista refere-se a duas proposições sobre a operação de mercados de trabalho urbano nas economias

⁴ Se os setores produzirem bens substituíveis e se salários maiores levarem a preços mais altos dos produtos do setor protegido, a mudança na composição setorial da produção total resultaria numa expansão adicional do emprego não protegido e/ou numa menor queda nos níveis de remunerações setoriais.

“abundantes em mão-de-obra” durante o período de ISI intencional. Estas proposições estão ligadas por uma relação de causa e efeito:

a) as políticas implementadas para fomentar a ISI e/ou a rigidez tecnológica associada com o crescimento da indústria moderna influenciam a escolha técnica (e práticas administrativas), levando em alguns segmentos de produção à adoção de práticas progressivamente mais intensivas em capital e em trabalho especializado (isto em economias caracterizadas por suprimento abundante de trabalho não-qualificado e com escassez de capital; e

b) como resultado, as remunerações econômicas relativas (em relação aos empregos no setor não protegido), as qualificações exigidas como pré-requisito para admissão e o número de trabalhadores que concorrem por uma posição no setor protegido tendem a aumentar uniformemente durante o período de uma ISI ativa. Da perspectiva de um trabalhador com um conjunto constante de atributos de capital humano, existe uma queda progressiva na probabilidade de mudança ocupacional das posições não-qualificadas no setor não protegido para aquelas progressivamente mais qualificadas no setor protegido.

2.4 — Em direção à avaliação empírica da hipótese: a teoria do capital humano e o processo de mudança ocupacional

A análise empírica da hipótese precedente requer um exame detalhado do processo de mudança ocupacional. Além disso, ela exige uma retrospectiva histórica desse processo e um método de associação da distribuição de ocupações observadas com as mudanças tanto nas ofertas como nas demandas de trabalho com características específicas. No restante dessa subseção, apresentamos o esboço de um modelo teórico de mudança ocupacional baseado nas premissas usuais da teoria do capital humano e, portanto, consistente com

as hipóteses feitas sobre a operação de um mercado dual de trabalho.⁵

Deve-se notar que a teoria do capital humano refere-se, normalmente, à mobilidade em termos de renda, e não de ocupação. Entretanto, se as categorias ocupacionais são adequadamente definidas, o modelo conceitual pode também ser aplicado a essa última forma de mudança, desde que concebida em termos de iniciativas pessoais atuantes em mercados competitivos de trabalho. O princípio é o mesmo: os indivíduos adquirem capital humano como um meio para aumentar renda. Isto implica (uma vez que um certo nível de renda é atingido) alguma forma de mudança ocupacional em quase todos os casos, exceção feita a alguns no topo da hierarquia de trabalho. Evidentemente, para realizarem-se, os indivíduos devem desenvolver as experiências e as qualificações exigidas pelos empregadores. Assim, um modelo de mobilidade pressupõe um conjunto de suposições sobre os critérios usados na contratação e promoção, sobre como eles são traduzidos em conjuntos mensuráveis, ou pelo menos identificáveis, de características dos trabalhadores e sobre como estas características variam segundo as ocupações. Esse modelo também exige um entendimento dos mecanismos disponíveis para a aquisição dos atributos demandados — e como eles variam para os diferentes grupos na força de trabalho.

É este último conjunto de influências que é de particular interesse para o nosso trabalho. Indubitavelmente, existe uma interação contínua entre a criação de novas exigências para a admissão e os mecanismos que produzem os atributos demandados. Entretanto, devido ao fato de que os critérios dessa criação sempre precedem à contratação, podemos considerá-los como sendo fixos em um momento determinado. As mudanças de mobilidade nesse momento

⁵ Aqui, de novo, nosso interesse imediato é com a especificação da hipótese, e não com a avaliação teórica da teoria do capital humano. Uma crítica lúcida da teoria pode ser encontrada, por exemplo, em Lautier e Tortajada (1978). Uma apresentação mais rigorosa da visão de mobilidade do capital humano pode ser encontrada em Becker e Tomes (1979).

dependeriam, portanto, basicamente da distribuição das características demandadas na força de trabalho que se concentra no mercado.

Quais, precisamente, são estes atributos é uma questão aberta ao debate. A visão mais estreita, associada com a teoria do capital humano, reduziu todas as características a uma única medida homogênea de produtividade relativa entre os trabalhadores que disputam a mesma ocupação. Ofte (1976, p. 47) observou que, nestas circunstâncias, a mobilidade ocupacional deve ser governada pelo princípio do desejo de sucesso (*achievement*): "Se o indivíduo é capaz de demonstrar um certo nível de desempenho, de contribuição, medido de acordo com um padrão específico, então esta é uma condição necessária e suficiente para uma mobilidade ascendente". Como este padrão é *a priori* impossível de ser observado, os empregadores tentarão mensurá-lo pelo estoque acumulado de capital humano em cada trabalhador ou, mais simplesmente, pelo seu nível de educação, treinamento e experiência.⁶ Do ponto de vista da teoria do capital humano, os trabalhadores iriam, primeiramente, adquirir a necessária educação, treinamento e experiência exigidos na ocupação desejada. Tendo feito isto, eles realizariam seus objetivos imediatos e eventualmente seus objetivos ocupacionais, a menos que, nesse ínterim, as características requeridas para a admissão tenham mudado.

Na literatura sobre capital humano, o sistema educacional desempenha um papel especial, sendo visto como um processo pelo qual os alunos obtêm as diferentes qualificações vendáveis no mercado, que, por sua vez, abrem caminho para as posições na estrutura ocupacional. Assim, um problema central da teoria refere-se aos determinantes do tipo e amplitude da educação dos indivíduos.

Aqui, uma das hipóteses subjacentes básicas é que, enquanto investimento, a educação é uma decisão racional entre os custos atuais e a renda futura no contexto mais amplo da maximização da

⁶ Alternativamente, os empregadores podem escolher não selecionar os trabalhadores, mas mais tarde eliminar os menos produtivos. Se aqueles que são eliminados consistentemente têm estoques de capital humano menores, o impacto deste procedimento na identificação das características procuradas será igual àquele da seleção para a admissão.

utilidade individual ou familiar. Assim, a distribuição da educação em grande medida corresponde à distribuição de preferências, que, obviamente, é entendida como exogenamente determinada, apesar de influenciada de algumas maneiras pelo aumento progressivo do “nível de vida”. Além disso, admite-se que o acesso à educação pode ser limitado pela oferta e que, particularmente nos países subdesenvolvidos, ela é indevidamente influenciada pelas desigualdades nos antecedentes comunitários ou familiares. Devido a isso, uma variável de controle para antecedentes é freqüentemente introduzida nos modelos de mobilidade.

Além disso, pode-se facilmente demonstrar que, no contexto do modelo de capital humano, as contribuições ao estoque desse tipo de capital devido ao treinamento e à experiência adquiridos no próprio local de trabalho são dependentes do próprio estoque inicial, ou seja, do nível de educação dos trabalhadores.⁷ Isto poderia sugerir que a carreira profissional de qualquer trabalhador já estaria determinada quando ele entra para a força de trabalho e que a única diferença que o treinamento e a experiência subsequentes poderiam fazer seria influenciar a posição relativa do trabalhador dentro do grupo ocupacional do qual ele faz parte. Mas isto não é considerado como necessariamente ou geralmente verdadeiro: algumas formas de capital humano são mais úteis à firma do que outras — em especial, alguns tipos de treinamentos e experiências somente se adquirem na própria firma ou indústria. Educação não é um substituto perfeito para o treinamento ou experiência. Estes dois últimos atributos são genuinamente demandados, e não como uma simples compensação para níveis insatisfatórios de escolaridade. No processo de mobilidade, portanto, a educação pode ser também vista como um complemento ao treinamento e à experiên-

⁷ O resultado é visto parcialmente como uma conseqüência de imperfeições no mercado para o “financiamento” de investimentos de capital humano. Por outro lado, os custos marginais são supostamente mais baixos quanto maior for a habilidade de aprendizado do trabalhador e, daí, maior o seu estoque anterior de capital humano. Mincer (1974, p. 16) indica que “escolaridade mais longa é provavelmente seguida por um investimento pós-escola maior, e geralmente a correlação serial dos investimentos é provavelmente positiva”.

cia. Um trabalhador com bom nível de educação que não apresenta algum treinamento em tarefas específicas não poderia disputar com sucesso certas posições.

A suposição básica feita sobre o comportamento individual é que os indivíduos investem em treinamento até o ponto onde o custo de aquisição de uma unidade extra de capital humano, medido em termos de renda abdicada e gastos com o treinamento, iguale o valor descontado das expectativas de aumento na renda futura que resultam do investimento. Entretanto, a teoria enfatiza que o treinamento, a seleção e a contratação são, simultaneamente, investimentos feitos pelas firmas. Em posições onde o treinamento prevalece, a relação de emprego é descrita como uma forma particular de troca idiossincrática que se baseia na natureza das tarefas [a terminologia segue Williamson, Wachter e Harris (1975)]. O treinamento para ocupações idiossincráticas geralmente acontece no próprio contexto do trabalho. Com ele produz-se um recurso insubstituível, cuja contribuição à firma é maior do que seu custo de oportunidade medido pelo preço de mercado de um trabalhador igual mas destreinado. Uma recompensa é, portanto, oferecida para manter estes trabalhadores na firma.

Tal recompensa, na medida em que é considerada como relacionada aos ganhos de produtividade, e este é o padrão para promoções, toma a forma de renda e mobilidade ocupacional. O que deve ser enfatizado é que, em consequência, algumas fontes de mobilidade são restritas aos trabalhadores que antes dos demais tiveram acesso a ocupações com oportunidade de treinamento. Assim, a teoria prevê que, mesmo sem dualismo, alguma forma de descontinuidade pode aparecer no mercado de trabalho e está relacionada à natureza das empresas. Conseqüentemente, o uso de algum controle para as características da empresa, embora nem sempre incluído, é visto como uma incorporação necessária aos modelos de capital humano [Wachter (1974)].

A teoria postula, entretanto, que sempre existe alguma substitutibilidade entre os vários tipos de capital humano, e que esta seria

maior para ocupações na base da distribuição ocupacional.⁸ A substitutibilidade garante fluidez no mercado tanto para os empregadores como para os trabalhadores. O paradigma que organiza essa teoria implica esse resultado. Sua mensagem é simples: qualquer trabalhador que possua uma forte aspiração por mobilidade e que concorde em sacrificar ganhos presentes por ganhos futuros pode realizar ao menos parte dos seus objetivos ocupacionais, mesmo que seja incapaz de fazê-lo ao entrar para a força de trabalho.

Em suma, a teoria do capital humano fundamenta-se na hipótese de que existe uma mobilidade substancial entre grupos ocupacionais próximos, procurando explicá-la, assim como toda a mobilidade numa economia competitiva, em termos das características que os trabalhadores obtêm individualmente, ou seja, em termos dos níveis de escolaridade, treinamento e experiência nos momentos de mudança. A teoria prediz uma certa flutuação de atributos individuais em qualquer ocupação determinada, mas o total de capital humano exigido de cada indivíduo é sempre o mesmo para o desempenho de tarefas idênticas em níveis de produtividade iguais. Para cada trabalhador, a soma dos vários componentes de capital humano deveria ser igual ao requisito constante de capital humano exigido para o desempenho de tarefas idênticas. Além disso, e mais importante ainda, a teoria supõe que os trabalhadores com capital humano suficiente encontrarão mercado para as suas qualificações e que, juntamente com o estoque de capital humano, a composição das tarefas se expande e se modifica. Assim, as variações na oferta de trabalho são uma condição suficiente — embora nem sempre *necessária* — para as mudanças nos padrões de demanda.⁹

⁸ A idéia de que o uso dos fatores varia inversamente com o preço dos fatores é, para dizer o mínimo, controvertida. Entretanto, medido assim, um certo número de estimativas empíricas concluiu que a substitutibilidade entre graus diferentes de trabalho aumenta inversamente com o grau de educação dos grupos sob comparação. Ver, por exemplo, Bowles (1970).

⁹ Eckaus (1973) indica que, nestes modelos, "... cada período de educação formal, ou cada período de treinamento no trabalho, é considerado como criador de um 'tipo' diferente de trabalhador cujas particularidades únicas são recompensadas com uma renda diferente".

2.5 — Método empírico: estimativas de probabilidade e suas decomposições¹⁰

Para formalizar o modelo de mudança ocupacional esboçado na subseção precedente, um índice escalar das expectativas de um indivíduo para sua ocupação no final do período, O_J^T , está relacionado com sua ocupação corrente, O_I^t , um vetor de regressores que descrevem seus atributos pessoais e as características do seu emprego atual, X_I^t , e um erro aleatório, ε_{IJ} :

$$O_J^T = f(O_I^t, \beta X_I^t, \varepsilon_{IJ}) \quad (1)$$

onde ε_{IJ} tem distribuição normal com média zero e desvio-padrão σ_ε e, potencialmente, apresenta correlação serial.¹¹ Além disso, se limitarmos nossa estimação aos trabalhadores com a mesma ocupação atual, se normalizarmos nossos resultados como proporções de uma resposta comum (ex.: pessoas que ficam na mesma ocupação) e se impusermos a restrição de independência entre as variáveis X , poderemos expressar a probabilidade condicional de um indivíduo que mantém uma ocupação de fim do período O_J^T , dado que sua ocupação atual é O_I^t , como:

$$\text{Prob}(O_J^T/O_I^t) = P \left\{ \frac{e^{\theta_I}}{\sum_J e^{\theta_J}} \right\} \quad (2)$$

onde θ é um vetor de parâmetros transformados da expressão (1) acima: o modelo descrito na equação (2) está na forma logit multivariada padrão e pode ser estimado maximizando sua função de

¹⁰ Ver Vieira da Cunha (1982) para uma apresentação mais ampla e mais formal do método.

¹¹ Dado que estamos tratando de modelos específicos a ocupações e períodos, não discutiremos correlação serial. Apesar disso, na medida em que o mesmo trabalhador pode (e normalmente o faz) entrar em mais de uma subamostra, e na medida em que a componente erro capta diferenças idiossincráticas não refletidas nas variáveis específicas, a correlação serial pode influenciar nossos resultados de uma forma desconhecida.

verossimilhança.¹² Dados os argumentos apresentados previamente, a função de verossimilhança, nesse caso, é da forma geral $\theta_0 + \theta_i + \theta_j + \theta_k + \sum_{i=1}^6 \theta_i Z_i$, onde $\sum_i \theta_i = \dots = \sum_{i=6} \theta_{i=0} = 0$. Os símbolos são definidos da seguinte forma: θ_0 é a “média” θ onde nenhum outro efeito está presente; θ_i é o efeito da experiência geral no nível i ; θ_j é o efeito da experiência ocupacional no nível j ; θ_k é o efeito da escolaridade no nível k ; os elementos Z são variáveis binárias: Z_1 é um índice de especialização; Z_2 e Z_3 são índices de antecedentes sócio-econômicos e geográficos, respectivamente; Z_4 e Z_5 medem o tamanho da empresa; e Z_6 o setor de atividade do emprego.¹³

Analisaremos cinco intervalos sucessivos de cinco anos cobrindo o período de 1940 até 1965. Para cada período existem quatro ocupações de origem possíveis. Assim, o modelo é estimado para 20 subamostras dos dados originais.¹⁴ Porque as nossas amostragens

¹² Os modelos logit são casos especiais dos modelos log-lineares gerais que descrevem tabelas de contingência incluindo diversas variáveis. Uma vez que o conjunto de variáveis na tabela está classificado como endógeno ou exógeno, as suposições necessárias para esta transformação são de uma natureza estatística que envolve, basicamente, os procedimentos de normalização e hipóteses que se relacionam com a independência entre as variáveis exógenas. Assim, a forma funcional do modelo não precisa ser sobrecarregada com uma teoria específica do movimento probabilístico. Como é bem conhecido, tais teorias, baseadas em princípios gerais de maximização de utilidade, são disponíveis mais notavelmente através do trabalho de McFadden, como, por exemplo, sua pesquisa escrita em colaboração com Manski. Ver McFadden e Manski (1981).

¹³ Ver Apêndice 1 para uma breve descrição do conjunto de dados. Na estimação do modelo, os seguintes casos foram excluídos da análise: a) trabalhadores com problemas de saúde capazes de afetar o desempenho no trabalho; e b) indivíduos que trabalham menos do que seis meses durante o ano no qual o período se inicia ou que se declararam como estudantes. Onde aplicável, os dados referem-se somente à experiência de trabalho pós-migratória, como o faz a medida de experiência específica na ocupação.

¹⁴ Devido à dimensão reduzida das respectivas amostras, nenhuma estimativa foi obtida para mobilidade fora das ocupações do topo. Obviamente, elas permanecem destinos válidos para a mobilidade fora das ocupações restantes. As estimativas a serem apresentadas na Subseção 2.6 referem-se somente à mobilidade para fora partindo das ocupações mais básicas. Os resultados completos são apresentados em Vieira da Cunha (1980).

são truncadas *pelo próprio método de geração*, temos de proceder cuidadosamente quando interpretarmos a contribuição de cada efeito independente sobre a probabilidade total de mudança ocupacional. Por exemplo, como este procedimento afeta a variação e a distribuição da escolaridade, nossas estimativas não podem captar o efeito total dessa variável sobre a hierarquia ocupacional. Pelo contrário, para qualquer período determinado, o coeficiente refletirá o impacto que a variação residual na escolaridade (isto é, aquela que resta depois da determinação da ocupação corrente) tem na probabilidade de atingir uma ocupação específica no futuro.¹⁵ Isto é precisamente o que procuramos. O que interessa, nesse caso, é o grau em que trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, partilhando trabalhos comparáveis, têm perspectivas de mobilidade diferentes.

O modelo na equação (2) nos oferece uma ferramenta útil para descrição. Os resultados do modelo podem ser usados na interpretação da contribuição das diversas variáveis para o esforço de mobilidade total e na análise de como estas contribuições variam ao longo das ocupações e dos períodos de tempo. Isto é feito em outro lugar [ver Vieira da Cunha (1980)]. Aqui, nosso interesse é descobrir uma medida sintética do processo de mobilidade como um todo, ou seja, entendido como a interação entre as forças tanto da oferta (do qual queremos nos abstrair) como da demanda. Idealmente, para examinar a hipótese dualista, gostaríamos de desenvolver o seguinte experimento: selecionar um trabalhador representativo da amostra de indivíduos no segmento não protegido do mercado e medir sua probabilidade de movimento em direção ao segmento protegido, tanto em uma situação anterior com pouca ou nenhuma "distorção" nos preços de fatores (Cenário 1) como em uma situação posterior com maior "distorção" nesses preços (Cenário 2).

Obviamente, não podemos desenvolver este experimento, mas, dadas as estimativas do modelo na equação (2), podemos simulá-lo razoavelmente bem. Suponhamos que designemos como não prote-

¹⁵ Um bom sumário da literatura sobre amostras truncadas encontra-se em Heckman (1976).

gidos aqueles empregos na nossa categoria ocupacional mais baixa.¹⁶ Podemos então calcular — para um dado tipo de movimento ocupacional — não apenas uma, mas um conjunto de probabilidades, P_t^T , onde o expoente denota que a probabilidade foi calculada com *médias* das características individuais de um período de comparação T e o subíndice denota que a probabilidade foi calculada com *coeficientes* da regressão de um período-base t . Claramente:

$$P_T^T - P_t^t = (P_T^T - P_t^T) + (P_t^T - P_t^t) \quad (3)$$

O primeiro termo do lado direito da expressão mede o hiato entre as probabilidades estimadas com diferentes grupos de coeficientes, mas com médias iguais àquelas do período de comparação T . Sua magnitude reflete variações interperíodos nas recompensas a um grupo “igual” de atributos individuais, observando-se da perspectiva do período de comparação. Esta variação — supondo que o modelo na equação (2) é correto — somente pode ser devida a mudanças intertemporais no padrão de interação de oferta e demanda, podendo, portanto, ser qualificada como de natureza estrutural. Assim, o que chamamos de *componente estrutural* mede a diferença entre a probabilidade de movimento estimada para um período de comparação determinado e aquela que o trabalhador representativo do período teria se ele tivesse iniciado o movimento durante o ano-base.

O segundo termo do lado direito da expressão capta o efeito de diferentes valores médios aplicados a um grupo fixo de coeficientes, que, neste caso, são aqueles do período-base. Como definido, esta diferença é devida a mudanças intertemporais na distribuição intra-ocupacional de características dos trabalhadores. Como elas são estimadas para o período-base mas observadas da perspectiva de um trabalhador que se move com qualificações médias do período de comparação, as diferenças indicam a vantagem

¹⁶ Os procedimentos adotados para a definição da classificação ocupacional (ver Apêndice I para um resumo) garantiram que os trabalhos nas categorias mais básicas são caracterizados por: a) mais baixos salários (ganhos) no nível-admissão; e b) perfis planos de ganhos-idade originados nos dados sobre ganhos de 1955. Eles coincidem, portanto, com os critérios impostos pela definição dualista do setor não protegido.

(fraqueza) que este trabalhador tem relativamente ao trabalhador médio do período-base. A isto denominamos *componente de características individuais* na decomposição das diferenças entre períodos das probabilidades.

2.6 — Dualismo e mudança ocupacional: alguns resultados conflitantes

O modelo discutido nas seções precedentes é aplicado aos dados da Pesquisa de Mobilidade em Monterrey (México), abrangendo os anos de 1940 até 1965 [ver Apêndice I e Balan, Browning e Jelin (1973) para uma descrição dos dados e de resultados prévios importantes].

O México, além de ser um excelente exemplo de políticas de ISI bem-sucedidas, é também freqüentemente citado como um exemplo de significativas distorções nos preços de fatores levando a (ou provocado pelo) crescente dualismo na estrutura produtiva e no mercado de trabalho [ver, especialmente, a análise influente de Trejo (1973) e, também, Witte (1973) e Isbister (1971)].¹⁷ De acordo com Witte (1973), a relação capital/trabalho segundo índices de custos relativos caiu continuamente de 1945 a 1964. Para todo o setor manufatureiro o preço relativo do capital caiu de 100 em 1945 para 36 em 1964. Enquanto isso, o coeficiente de trabalho na produção (medido como homens-ano por 100 mil pesos em valor agregado real por ano) diminuiu uniformemente de 9,6 em 1945 para 2,8 depois de 20 anos. Estas tendências configuram-se durante um período no qual as atividades industriais cresceram a uma taxa

¹⁷ O papel do Estado no esforço de industrialização tem sido enfatizado por muitos autores [ver Villareal (1976) para uma exposição e bibliografia]. King (1970) apresenta uma avaliação de políticas industriais e comerciais. Monterrey foi o principal beneficiado do crescimento recorde. Em 1940, Nuevo Leon foi a 5.^a província em termos de valor agregado por habitante; em 1965, foi superado somente pelo Distrito Federal da Cidade do México. Ver CEPAL (1972) e, também, Unikel (1976, Cap. 6) e Lavell (1972) para análises da experiência de crescimento regional e da incidência espacial desigual do gasto público e das transferências subsidiadas para o desenvolvimento industrial, respectivamente.

média anual acima de 6%, com a participação desse setor no total da produção amentando de 15 para 22%. Estas últimas percentagens aplicam-se para o período 1940/65 [ver NAFINSA (1978)]. Em resumo, as tendências históricas conformam-se quase que idealmente com a versão estilizada de crescimento econômico com ISI que fundamenta a hipótese dualista. Portanto, o hiato entre os setores protegido e não protegido deveria ter-se alargado progressivamente e de forma especial num mercado de trabalho como o de Monterrey, que cresceu em decorrência do desenvolvimento da grande indústria. Se a hipótese estivesse correta, deveríamos encontrar uma tendência declinante para a probabilidade de mudança ocupacional ascendente para um trabalhador não-qualificado com um conjunto constante de atributos pessoais.

Os resultados da decomposição na probabilidade total de mudança ocupacional definida na subseção anterior — equação (3) — podem ser observados na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1

Componentes estruturais (E) e das características individuais dos trabalhadores (CIT) relativamente às probabilidades de 1965

Componentes	Períodos			
	1940/45	1945/50	1950/55	1955/60
Probabilidade inicial ^a	24,82	30,28	21,79	21,60
Componente (CIT) ^b	-14,80	-9,11	-6,37	-3,68
Componente (E) ^b	8,10	-3,05	2,10	6,80
Probabilidade final (1960/65) ^a	18,12	18,12	18,12	18,12

^aEstimada nas médias de todas as variáveis independentes. Ver Apêndice 2 para resultados do modelo. Refere-se à mobilidade ascendente a partir do grupo ocupacional mais baixo.

^bVer texto para definição.

Notemos primeiramente que a probabilidade efetivamente declina uniformemente de 1945/50 ($P = 30,3$) para 1960/65 ($P = 18,1$). Além disso, esse resultado é fortemente influenciado pelas mudanças no vetor das médias de atributos individuais. Por exemplo, no intervalo de 1940 a 1945, um trabalhador com a média dos atributos

individuais do grupo de trabalhadores em 1960/65 teria tido somente uma chance em 10 de completar o movimento que o seu antecessor completou com uma chance de 25%.¹⁸ Esta diferença diminui quanto mais próximo o período de mobilidade se movimenta em direção do período-base (isto é, 1960/65), mas ela é, em todos os casos, negativa. Uma vez que este efeito é removido (isto é, se o vetor das características individuais médias é mantido constante no seu nível de 1960/65), a probabilidade de mudança ocupacional realmente *aumenta* quanto mais próximo o período em questão se aproxima do período-base, com a notável exceção do período 1945/50. Para todos os outros períodos, fora este último, a componente estrutural na decomposição de probabilidades é, contrariamente à hipótese dualista, positiva. Retornemos ao exemplo numérico anterior. Devido ao fato de que o trabalhador tomado para comparação (isto é, com o vetor de atributos médios de 1960/65) movimentou-se efetivamente em 1960/65, e não em 1940/45, sua probabilidade de sucesso foi 18,1%, e não 10,0%, como indicado anteriormente. Assim, a mudança na estrutura do mercado de 1940/45 para 1960/65 de fato contribuiu com 8,1 pontos percentuais para a probabilidade final de mudança.¹⁹

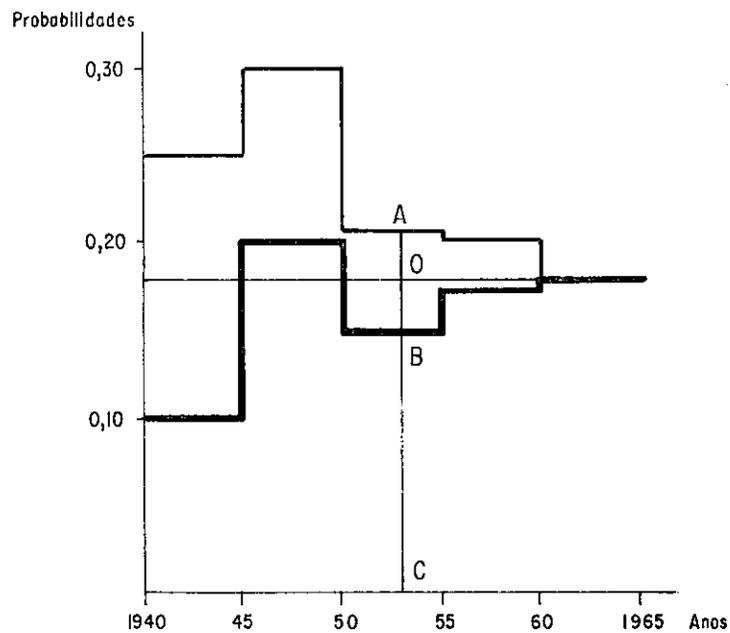
¹⁸ A contribuição das mudanças do vetor de atributos individuais médios na probabilidade total de mudança está expressa na segunda linha da Tabela 1. Baseando-se nos dados médios de 1960/65, os valores correspondentes à probabilidade total em 1940/45 são aproximadamente -15 pontos percentuais. Como a probabilidade inicial total (expressa na primeira linha da tabela) é próxima a 25%, a probabilidade remanescente para o vetor médio de 1960/65 durante o período 1940/45 é 10%, como dado no texto. Ver Vicira da Cunha (1980) para uma análise dos atributos individuais responsáveis por este declínio da probabilidade.

¹⁹ Os componentes estruturais estão expressos na terceira linha da Tabela 1. Os cálculos precedentes podem ser resumidos da seguinte forma: a probabilidade inicial para 1940/45 (estimada com um vetor de atributos individuais médios para o mesmo período) é aproximadamente 25%; o impacto negativo da mudança do vetor de atributos individuais médios do período 1940/45 para o período 1960/65 é aproximadamente 15 pontos percentuais, o qual reduz a probabilidade de movimento em 10%; a vantagem estrutural (para propósitos de mobilidade) do período 1960/65 em relação ao período 1940/45 eleva este último valor em 8,1 pontos percentuais, o qual leva a probabilidade final para 18,1%.

O Gráfico 1 sumaria este e outros resultados da decomposição. Claramente, a tendência estimada da posição relativa das mudanças no último período, *vis-à-vis* mudanças em períodos anteriores, é

Gráfico 1

PROBABILIDADES ESTIMADAS DE MUDANÇA OCUPACIONAL A PARTIR DO GRUPO OCUPACIONAL MAIS BAIXO - 1940/65



— Probabilidade inicial (no período)
 — Probabilidade estimada com vetor de características individuais médias do período 1960/65

AB = Componente CIT

OB = Componente E

AC = Probabilidade inicial

OC = Probabilidade final

FONTE: Tabela 1

incompatível com a hipótese dualista. Num período em que se supõe que o dualismo reduziu a mobilidade (isto é. 1960/65), um trabalhador não-qualificado com características médias teve chance de melhores ocupações maior do que em qualquer outro momento nos 25 anos anteriores, exceção feita aos anos de 1945 até 1950. Comparadas com o mercado relativamente “não distorcido” do início dos anos 40, as vantagens do mercado do início dos anos 60 são surpreendentes. Nas condições vigentes nesses anos, o mesmo trabalhador teria aumentado suas chances de sucesso em 80%.²⁰

Obviamente, existe uma explicação simples para estes resultados: em complemento ao (ou ao invés do) dualismo, outras coisas influenciaram a probabilidade de mudança. Os defensores da hipótese dualista poderiam argumentar, por exemplo, que sem dualismo estas probabilidades teriam se deslocado para cima. Entretanto, este é um recuo a descoberto, pois deixa sem resposta a questão crucial, qual seja, o porquê de as probabilidades mudarem de períodos em períodos de formas não consistentes com a noção de “dualismo crescente”. Uma outra estratégia seria admitir que

²⁰ No México, considera-se que o protecionismo industrial explícito iniciou-se com a promulgação da Ley de Industrias Nuevas y Necesarias em 1945. O protecionismo comercial que se seguiu correspondeu à implementação em 1947 do Comité Nacional para el Control de Importaciones. No começo dos anos 50, um sistema generalizado de subsídios e proteções diretos para a produção industrial doméstica privada já tinha se estabelecido inteiramente e se completado pela provisão subsidiada de infra-estrutura pública e serviços. A contribuição da Nacional Financiera evidencia esta tendência. Criada em 1935, esta instituição não atuou como um banco nacional de desenvolvimento até 1940. Em 1942, os créditos da NAFINSA representaram menos de 5% do total de créditos bancários para a indústria. Em 1950, eles representaram um terço de um montante total muito maior, mas, em 1955, estes créditos foram responsáveis por metade de montantes ainda maiores [Cordera (1979, p. 116)]. A ação governamental no apoio à ISI aumentou significativamente no período pós-1958, que foi caracterizado por Villareal (1976) como a era da “industrialização por substituição de importações avançada” em direção aos bens de consumo duráveis e intermediários. Ver também a discussão em Solis (1970), que também compara o protecionismo “suave” do início dos anos 50 com o protecionismo progressivo da era de desenvolvimento “orientado para dentro”, que começou, segundo seus critérios, em torno de 1956.

existem outras variáveis relevantes operando no mercado de trabalho. Existem, aqui, duas possibilidades, ambas prejudiciais à hipótese dualista. Primeiro, pode-se argumentar que estas variáveis são exógenas ao mercado, o que deixa para a hipótese a tarefa inglória de explicar o resíduo de um processo desconhecido. Mais razoável seria argumentar, alternativamente, que o dualismo interage com outras forças para produzir efeitos de mercado. Conceitualmente, esta é uma alternativa muito atrativa, pois aponta na direção de uma especificação completa das condições de equilíbrio de mercado e das trajetórias de desequilíbrio. Notemos, entretanto, que nesta estratégia a argumentação em favor do dualismo tem que ser feita competindo com outras influências: pode acontecer que o dualismo esteja presente mas seja fraco (caso em que a hipótese dualista é mais um exemplo de um argumento econômico onde o rabo abana o cachorro), ou que, dada a combinação de outras forças, ele realmente favoreça a mobilidade. Em resumo, embora não possamos descartar a interpretação dualista nos resultados empíricos, podemos impor algumas restrições a esta interpretação. Para que a hipótese dualista se mantivesse, o argumento seguinte teria que ser convincentemente demonstrado: o dualismo ou é consistentemente a força dominante nas tendências de mercado ou então ele sistematicamente interage com outras forças para restringir a mobilidade nas ocupações não-qualificadas do setor não protegido. O simples apelo à distorção nos preços de fatores e/ou rigidezas tecnológicas na substituição de fatores na extremidade inferior da distribuição de qualificações é um argumento insuficiente, não importando a alternativa que se adote.

3 — Ciclos de crescimento e mudança ocupacional

Visto da perspectiva discutida na Seção 2 desse trabalho, um aspecto infeliz do debate recente sobre dualismo no mercado de trabalho é que ele aceita e, de fato, enfatiza os argumentos mais fracos do velho dualismo, ou seja, a caracterização da acumulação como dependente de um regime de baixos salários e do mercado de trabalho

como um instrumento eficiente para o equilíbrio das forças de demanda e oferta.²¹ Ao mesmo tempo, rejeita-se a contribuição válida da velha teoria: seu foco na dinâmica de crescimento. Como seqüela de uma impressionante explosão de artigos que tratam da teoria do capital humano, quase todas as tentativas de explicação dos ajustes no mercado de trabalho (incluindo aqui as mudanças ocupacionais) as vêem sobretudo como o resultado de transações ativadas pela oferta individual, que, possivelmente, mas não certamente, são influenciadas pelo nível de atividade econômica.

A suposição (obviamente errônea) é que o ritmo de acumulação é fixo, a menos que seja momentaneamente estancado por influências "exógenas", tais como, por exemplo, aumentos "políticos" de salários ou "concessões" à indústria moderna. A controvérsia neste assunto é teórica e não empírica. Um aumento dos salários não reduzirá os lucros enquanto o volume de investimentos (e eventualmente o consumo dos capitalistas) permanecer elevado. Inversamente, uma queda dos salários não levará a um aumento nos lucros, a menos que, previamente, os níveis de investimentos tenham se elevado. De fato, os lucros dependem tanto da produção como da sua realização. Isto, contudo, é em parte uma função de um nível adequado de investimentos. Assim, o componente autônomo no sistema econômico é o nível de investimentos. E, como resultado do "efeito sobre o comportamento da necessidade de tomar decisões sob condições de conhecimento imperfeito", o investimento pode ser volátil, *mesmo que as relações de produção sejam estáveis*. Além disso, como Minski (1975, p. 68) explica na mesma passagem: "Os efeitos da incerteza sobre as carteiras de ativos desejadas [pelos

²¹ Por velho dualismo entendemos a separação da economia em um setor "tradicional" e retardatário intensivo em trabalho e um setor "moderno" e dinâmico menos intensivo em trabalho. O primeiro ponto é enfatizado no trabalho original de Lewis (1954); o segundo, apesar de rejeitado por Lewis (no seu modelo o mercado de trabalho está em desequilíbrio com excesso de oferta), foi logo incorporado nas versões neoclássicas do velho dualismo. Isto é argumentado no trabalho pioneiro de Jorgenson (1961) e, mais coerentemente, na justaposição de trabalhadores com produtividade marginal zero e de situações onde a produtividade marginal de uma hora-homem é substancialmente superior a zero, feita por Sen (1966). Sobre isto, ver Zarembka (1972, Cap. 2).

homens de negócio] e os efeitos das modificações dessas carteiras sobre as carteiras desejadas podem ser tais que o equilíbrio em direção ao qual o sistema tende é não somente mutável mas pode mudar rapidamente. Assim, o funcionamento da economia é caracterizado mais por tendências ao equilíbrio do que pela realização do equilíbrio". Por esta razão, a análise econômica da acumulação é a do desequilíbrio permanente.

A economia mexicana (e outras de industrialização tardia da América Latina) apresenta algumas particularidades em termos das conseqüências que as flutuações dos investimentos têm sobre o emprego. Afora as mudanças no nível de emprego agregado, existem os ajustes adicionais na distribuição da força de trabalho entre o emprego assalariado (em empresas capitalistas) e outras formas de trabalho não assalariado [ver Vieira da Cunha (1979) e Souza (1980)]. Isto afeta a mudança ocupacional em duplo sentido. Primeiro, porque um aumento no ritmo de acumulação leva normalmente a um aumento da produção e, daí, do emprego. A expansão da demanda de trabalho favorece a mobilidade, especialmente o movimento das ocupações não-assalariadas para as assalariadas. O oposto provavelmente vai ocorrer quando existir uma queda do volume de investimentos.²² Em segundo lugar, o aumento de produção normalmente ocorre com ganhos de produtividade, alguns

²² A produção pode aumentar sem novos investimentos de capital fixo toda vez que a economia operar abaixo da capacidade *planejada*. Isto ocorre tipicamente no fim de um período de expansão e com uma intensidade que é positivamente relacionada com o grau de concentração na indústria [cf. Steindl (1976, Cap. 13)]. Alternativamente, alguns investimentos são transações puramente financeiras (ex.: fusões e incorporações), isto é, capital-dinheiro na busca de valorização fictícia. A experiência brasileira indica que, mesmo em economias não completamente industrializadas, este processo se intensifica durante uma recessão cíclica. Além disso, nestas condições, os investimentos puramente financeiros tendem a aumentar sempre que o governo age para *manter* os níveis correntes de lucros (mantendo a demanda agregada), mas apesar disto ele fracassa na tentativa de mudar as expectativas pessimistas que os investidores têm sobre a lucratividade dos investimentos [estes aspectos são brilhantemente argumentados em Tavares (1978)]. Por todas estas razões, apesar de normalmente efetuada, a associação entre mudanças em investimento e em produto não é necessária.

dos quais são devidos à substituição de produtores menos eficientes por outros mais eficientes. Embora o ganho de produtividade tenda a ser menor que o aumento na produção [Vasquez (1981) estima que para a indústria mexicana durante o período 1965/75 o primeiro era metade do segundo], cada nova onda de expansão de investimento produziu, historicamente, uma queda na demanda de trabalho por unidade de produto. Isto atua como fator de impedimento à mobilidade. Além disso, como a produtividade se acelera em períodos de ascensão cíclica, este efeito é maior em períodos em que a taxa de crescimento da produção aumenta.

Para resumir nossa discussão até agora, numa economia como a mexicana deveríamos esperar: a) uma componente cíclica na tendência de mudança ocupacional; e b) variações na intensidade com que a probabilidade de mudança ocupacional responde a mudanças no ritmo de acumulação. Quanto maior for a parte de investimentos dirigida à reposição (modernização) da capacidade produtiva existente, menor seria o impacto de novos investimentos no fluxo de trabalho nas ocupações assalariadas minimamente qualificadas. Em seguida tentaremos estabelecer relações empíricas entre as conclusões sobre mobilidade e estas duas hipóteses gerais.

3.1 — A relação positiva entre o ritmo de acumulação e a taxa de mobilidade

Medida pela taxa de crescimento do investimento bruto total, a acumulação de capital no México tem sido, como esperado, altamente instável (ver Tabela 2, especialmente a última coluna). O crescimento intenso do fim dos anos 40 parou repentinamente em 1953, e o investimento privado não se recuperou completamente até 1955/56. De novo, em 1958 a expansão dos investimentos declinou, subiu brevemente em 1960, mas caiu mais uma vez em 1961 e 1962. O período de 1940 a 1970, apesar do extraordinário crescimento, compreende, portanto, três fases distintas de expansão: a mais forte, de 1944 a 1952, seguida por uma recuperação mais suave e mais curta, de 1954 a 1957, e por um crescimento acelerado, de 1962

a 1970.²³ Esta periodização sugere que a divisão dos períodos de mobilidade em espaços iguais de cinco anos não é inteiramente apropriada para uma análise das forças cíclicas. Felizmente, com exceção de 1965, todos os anos terminais foram de aceleração nos investimentos (e mesmo 1965 foi um ano de expansão, apesar de não ter sido tanto quanto o de 1964). Em consequência, os períodos 1945/50 e 1960/65 são de expansão ininterrupta (especialmente o primeiro) e os outros combinam uma seqüência completa de fases de expansão-contracção-expansão, mais notavelmente durante os anos anteriores de 1940/45 (estes movimentos são mostrados na parte A do Gráfico 2).

Se uma divisão igual for feita tanto para os investimentos quanto para os períodos de mobilidade, as taxas de crescimento médio seriam, em percentagem por ano, 8,2 (para 1940/45), 15,1 (para 1945/50), 10,4 (para 1950/55), 8,6 (para 1955/60) e 9,6 (para

²³ Podemos resumir brevemente as razões desse resultado marcadamente instável com fases de crescimento sendo sucedidas por períodos de recessão. É uma característica dos processos de ISI na América Latina o fato de que o ímpeto para novos investimentos é, em parte, dependente do tamanho previamente acumulado e da composição das importações; uma substituição no produto (de estrangeiro para nacional) traz consigo um "pacote" de investimentos complementares que, apesar de grande em dimensão, são inerentemente de vida curta e, assim, desestabilizadores. Esta característica continua pelas mesmas razões, mesmo quando a economia avança além da simples substituição. Devido ao peso pequeno dos setores líderes na produção total, e dada a matriz incompleta de suporte inter e intra-setorial, a motivação inicial raramente é suficientemente grande para realimentar a demanda por ela originada. Como tem sido enfatizado por Tavares (1978, p. 70): "Uma vez que os efeitos de difusão de um grupo integrado de investimentos complementares desaparecem ... a demanda industrial corrente torna-se insuficiente para manter o ímpeto de crescimento da indústria como um todo. A expansão da capacidade acontece por 'saltos' ... [e] levando a uma superação dos níveis planejados de capacidade ociosa, grande parte da qual acaba sendo 'indesejada' face às possibilidades limitadas do crescimento da demanda final". Ver Lustig (1981) para uma discussão destas idéias no contexto mexicano. Para este autor e para Ros (1979), entretanto, o desencadear de uma crise, em particular aquela do início dos anos 70, depende crucialmente da dimensão do *deficit* no balanço de pagamentos. A pequenez relativa dos multiplicadores de investimentos dinâmicos, apesar de não ser medida, é considerada como sendo um fator secundário.

TABELA 2

México: investimento bruto anual total — 1940/65

Anos	Investimento bruto total ^a	Índice de preços por atacado (1960 = 1,0)	Investimento bruto total a preços de 1960 ^a	Taxa anual de variação (%)
1940	501	0,174	3.397	—
1	783	0,185	4.232	24,6
2	715	0,204	3.505	-17,2
3	804	0,247	3.255	-7,1
4	1.077	0,303	3.554	9,2
1945	1.696	0,337	5.033	41,6
6	2.681	0,388	6.910	37,6
7	3.312	0,410	8.078	16,9
8	3.706	0,447	8.291	2,6
9	4.424	0,482	9.178	10,7
1950	5.385	0,527	10.218	11,3
1	7.659	0,654	11.711	14,6
2	8.962	0,678	13.218	12,8
3	8.927	0,707	12.624	-4,5
4	11.018	0,727	15.155	12,9
1955	13.926	0,826	16.860	11,3
6	18.204	0,865	21.045	24,8
7	21.142	0,902	23.439	11,4
8	20.685	0,942	21.959	-6,3
9	21.453	0,953	22.511	2,5
1960	25.507	1,000	25.507	13,3
1	25.653	1,009	25.424	-3,3
2	27.426	1,028	26.679	4,9
3	32.571	1,033	31.530	18,2
4	39.705	1,077	36.866	16,9
1965	44.295	1,097	40.378	9,5

FONTE: Villareal (1976).

^aEm 1.000.000 de pesos.

1960/65). Como é demonstrado na parte B do Gráfico 2, existe uma correspondência estreita entre esta tendência e aquela na probabilidade de mudança ocupacional para um trabalhador com atri-

butos constantes e iguais à média de 1960/65.²⁴ A mobilidade foi mais alta durante os períodos de expansão ininterrupta, particularmente durante 1945/50, decresceu nos períodos em que os investimentos caíram, mas relativamente menos nos períodos em que a queda do investimento foi menor.

3.2 — As mudanças na estrutura de produção e o fluxo de trabalho para dentro e para fora das ocupações mais baixas

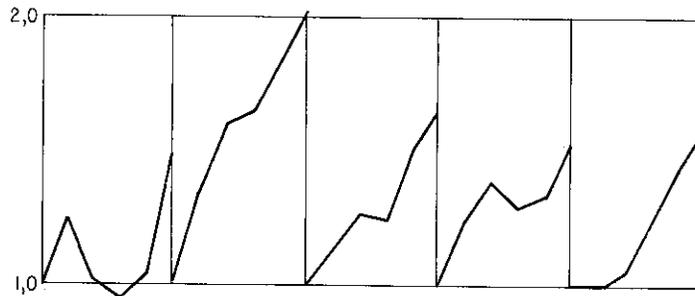
A visão de que o capitalismo evolui através das “ondas perenes de destruição criativa” é estreitamente identificada com o trabalho de Schumpeter (1942). Estas “ondas” associam-se a inovações no produto e a pacotes integrados de mudanças técnicas (que se assemelham às “ondas” nas fases sucessivas de ISI); seu impacto sobre a estrutura de produção é seletivo, eliminando indústrias velhas e alterando padrões de consumo e formas de organização econômica. O progresso econômico, nesta concepção, não está limitado aos efeitos da concorrência em termos de preços ao longo de um caminho de expansão preestabelecido; o que realmente interessa a longo prazo são as decisões de inovação por parte dos líderes industriais, que freqüentemente “destroem o velho para abrir espaço para o novo”. Na perspectiva de Schumpeter (1942, p. 84), os economistas têm erroneamente suposto que o problema “é como o capitalismo

²⁴ A tendência decrescente dos investimentos de 1955 para 1960 esconde uma elevação muito importante entre 1955 e 1957. Existem razões para acreditar que para Monterrey a magnitude da brusca queda de 1957 para 1962 (quando os investimentos cresceram a uma média de 2,2% por ano) é provavelmente superestimada. A atividade industrial principal de Monterrey é na produção de bens intermediários (aço, cimento, vidro), que foi lenta para sentir a recessão, mas se beneficiou grandemente da expansão de 17% na indústria de construção civil (em 1954) e da demanda flutuante de produtos de aço desencadeada pela expansão sem precedentes nos bens de consumo duráveis, especialmente automóveis [The Economist (1965, p. 3)]. Por estas razões, considerando a tendência dos investimentos próprios da região, a diferença entre as duas séries (que agora é pequena) seria menor.

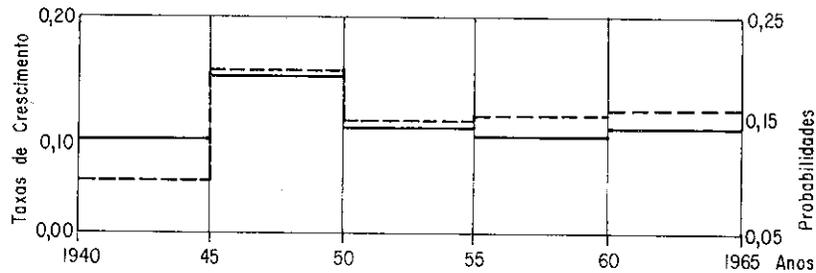
Gráfico 2

TENDÊNCIAS DOS INVESTIMENTOS E DAS PROBABILIDADES DE MUDANÇA OCUPACIONAL - 1940 /65

A: Evolução dos investimentos em relação ao nível no começo do período (=1,0 em termos reais)



B: Taxa de crescimento de investimentos^a e de probabilidades de mudança ocupacional^b



^aTaxa anual média calculada da Tabela 2 (linha escura).

^bEstimada com o vetor de características médias do período 1960/65. Ver Tabela 1 (linha pontilhada).

administra as estruturas existentes, enquanto que o problema relevante é como ele as cria e as destrói”.

Do ponto de vista dos movimentos dentro da estrutura ocupacional, a visão precedente nos levaria a esperar duas tendências simultâneas e contraditórias. Os momentos de crescimento rápido seriam caracterizados por um aumento no fluxo de trabalho em direção às ocupações em expansão e àquelas assalariadas e tecnolo-

gicamente mais avançadas. Mas isto não pararia o fluxo na outra direção, ou seja, o movimento para fora das ocupações minimamente qualificadas (e predominantemente assalariadas) das firmas que estão ou sendo destruídas ou estão se adaptando tecnologicamente para enfrentar novas formas de concorrência. A intensidade relativa dessa segunda tendência depende da natureza qualitativa da nova onda de investimentos. É limitada durante fases de acumulação “horizontal” nas quais o capital expande-se predominantemente pela reprodução das estruturas técnicas existentes em novos mercados e é significativa quando a acumulação se dá com mudanças rápidas nas estruturas de produção e na organização dos mercados.

Estas são proposições gerais que carecem da nitidez exigida para um teste empírico mais rigoroso. Apesar disso, talvez porque elas sejam de importância crucial, a influência delas se faz sentir através da teia de forças adicionais que indubitavelmente influenciam os processos conjuntos de mudanças econômica e ocupacional experimentados em nossa amostra. Para explorar as razões disto, devemos contrastar os dois momentos, identificados previamente, de expansões acelerada e contínua: 1945/50 e 1960/65.

Para o México, o crescimento extraordinário nos anos 40 e no início dos 50 tem sido repetidamente caracterizado como um período de expansão “horizontal”: numa fase de acumulação rápida com exportações crescentes mas com reduzido acesso aos fornecimentos de equipamento estrangeiro; em parte por esta razão, um período sem mudanças significativas na base técnica da produção e, daí, um período em que o crescimento da produtividade industrial foi dependente da manutenção de um regime de salários baixos possibilitado pelo aumento constante na produção e produtividade agrícolas. Descrições amplas dessas tendências têm sido apresentadas por vários autores [ver, especialmente, Villareal (1976)]. Cordera (1979) refere-se a estes anos como o momento da consolidação do controle hegemônico do capital industrial sobre a economia. Durante estes anos, o capital privado nacional foi o principal agente de acumulação, e especialmente aquele com origem nas pequenas e médias empresas [Ortiz Mena e Urquidi (1954, pp. 225 *et passim*)]. Os salários reais caíram, enquanto os preços subiam rapidamente; conseqüentemente, a participação dos lucros aumentou. Na década de

1939 a 1949 essa participação cresceu de 26 a 41% do valor agregado (antes dos impostos).²⁵

Em contraste, o período de crescimento rápido que começa em 1962 e estica-se até o final da década foi de mudança tecnológica intensa. Nesta época, a grande firma oligopolista, com laços multinacionais fortes, transformou-se no principal agente de crescimento industrial [ver Fajnzylber e Martínez (1976)]. A produção é progressivamente orientada para os bens de consumo duráveis, bens intermediários sofisticados (como petroquímicos) e equipamentos de capital.²⁶ Em conseqüência, ocorrem mudanças rápidas e profundas na estrutura de produção; mais importante ainda, a mudança técnica, de ser um processo exógeno e relativamente descontínuo, passa a ser uma característica importante no padrão doméstico de concorrência. As modificações ocorridas na natureza das empresas em expansão, ao requisitarem uma força de trabalho mais estável, reforçam as organizações operárias, que, adicionalmente, obtêm do Estado poder político crescente durante a crise do início dos anos 60. Assim, revertendo a sombria experiência dos anos 40, elas agora demandam e conseguem aumentos reais no salário industrial.²⁷ Isto contribui para a destruição das camadas de produtores menos eficientes na estrutura heterogênea de produção [ver Marquez (1981, p. 55)].

Para sumariar esta discussão e colocá-la no contexto dos fluxos ocupacionais, esperaríamos que, em contraste com o período 1945/50,

²⁵ Ortiz Mena e Urquidí (1954, p. 19). O salário mínimo urbano médio em 1954 caiu para 87% do valor real da média correspondente em 1940 [NAFINSA (1978, Tab. 8.5)].

²⁶ Nos anos 60, a produção manufatureira aumentou a uma taxa anual média de aproximadamente 9% em termos reais. A produção de bens de consumo duráveis aumentou em 14% e a de bens intermediários e de capital em 10 e 11%, respectivamente. As indústrias tradicionais como as têxteis e de confecções não caminharam tão bem, aumentando sua produção em 8,5%, enquanto os setores como o de produção de alimentos e tabaco cresceram a taxas inferiores das do PIB, que expandiu-se a 7% por ano. Ver Lustig (1981, Tab. 4.6).

²⁷ De acordo com os Censos Industriais, os salários reais médios nas indústrias com seis até 25 trabalhadores cresceram 18% de 1960 a 1965; para firmas com 26 a 100, 100 a 500 e 500 ou mais trabalhadores o aumento foi de 20, 21 e 27%, respectivamente. Marquez (1981, Tab. 3) demonstra que, durante o período, o salário mínimo real do Distrito Federal (cidade do México) aumentou em 35%.

a mobilidade durante 1960/65 fosse: a) menos intensa no movimento ascendente a partir das camadas mais básicas de ocupações, fato este já evidenciado pelas tendências na Tabela 1; e b) mais intensa na direção descendente. Exploramos a seguir esta última hipótese.

A Tabela 3 apresenta decomposições das probabilidades estimadas dos fluxos para e dos fluxos provenientes das ocupações manuais de serviços minimamente qualificadas (e predominantemente assalariadas). A tendência da mobilidade ascendente — parte A da Tabela 3 — é essencialmente igual àquela da Tabela 1, apesar de que, aqui, a desvantagem relativa do período 1960/65 em relação ao período 1945/50 é menor.²⁸ O interesse repousa nas comparações da parte B da Tabela 3. Notemos, primeiramente, que a dimensão da mobilidade descendente é significativa mesmo durante os períodos de rápida mobilidade ascendente. Além disso, a tendência é muito distinta. A componente estrutural relativa à probabilidade de 1960/65 é consistentemente positiva e alta. Nosso trabalhador-padrão (com características médias de 1960/65) esteve praticamente imune à ocorrência dos movimentos descendentes durante 1945/50 (a probabilidade estimada é menor do que 2%). Durante o início dos anos 60, a probabilidade equivalente foi maior do que 8%.

Reconhecidamente, a vitalidade da recuperação foi maior no período anterior. Note-se, entretanto, que somente durante o início dos anos 60 existe a coincidência de expansão com mobilidade descendente significativa. E o aumento da probabilidade de mobilidade descendente pode ser visto em comparações com as situações menos dinâmicas dos anos 50 ou do início dos anos 40. Em suma, o período 1960/65 foi, em comparação com todos os outros, o de maior taxa de mobilidade descendente *em direção* às ocupações mais

²⁸ Isto se deve ao fato de que esse último período esteve, adicionalmente, em desvantagens comparativas nos movimentos ascendentes para as ocupações profissionais industriais e para as ocupações dos serviços especializados e de supervisão. As componentes estruturais para estes movimentos (em relação às probabilidades de 1960/65 e igualmente baseados num vetor de atributos médios de trabalhadores em 1960) são, respectivamente, $-0,5$ e $-1,8$. Juntamente com o número $-0,8$ que aparece na Tabela 3, eles somam $-3,1$ pontos percentuais, como expresso na Tabela 1.

básicas. Considerando tanto os fluxos para dentro como para fora, este foi um período de mobilidade generalizada crescente no mercado para o trabalho não-qualificado ou sem qualificação — uma conclusão consistente com as nossas expectativas.

Para concluir, devemos ser céticos quando afirmarmos que o crescimento *promove* a mudança ocupacional. Ele o faz, mas, como sugere a evidência da amostragem de Monterrey, não é sempre na direção desejada. Um período de recuperação pode ser acompanhado

TABELA 3

Componente de características individuais dos trabalhadores (CIT) e componente estrutural (E) relativamente às probabilidades de 1960/65: mobilidades ascendente e descendente para e a partir das ocupações manuais de serviços mais baixas^a

A — Mobilidade ascendente

Componentes	Períodos			
	1940/45	1945/50	1950/55	1955/60
Probabilidade inicial ^b	12,61	16,59	9,44	9,00
Componente CIT ^c	-5,84	-4,71	-2,59	-0,59
Componente E ^c	4,31	-0,80	4,23	2,67
Probabilidade final (1960/65) ^b	11,08	11,08	11,08	11,08

B — Mobilidade descendente

Componentes	Períodos			
	1940/45	1945/50	1950/55	1955/60
Probabilidade inicial ^b	14,51	4,40	5,58	7,01
Componente CIT ^c	-10,04	-2,95	-3,74	-1,83
Componente E ^c	3,96	6,98	6,59	3,25
Probabilidade final (1960/65) ^b	8,43	8,43	8,43	8,43

^aCorresponde ao grupo ocupacional 9.

^bEstimada por meio de todas as variáveis independentes. Ver Apêndice 2 para os resultados do modelo. Refere-se às mobilidades ascendente e descendente para e a partir do grupo ocupacional mais baixo, isto é, grupo ocupacional 10 no Apêndice 2.

^cVer texto para definição.

por uma mudança estrutural, e esta combinação tem um efeito contraditório nos fluxos ocupacionais. O crescimento exige trabalho adicional, que, em certa medida, é recrutado *a partir* dos grupos ocupacionais mais baixos. Ele pode também destruir seletivamente parte da capacidade produtiva, e isto produz desqualificação e movimento *em direção* aos grupos ocupacionais mais baixos. Não reivindicamos ter provado a maior importância histórica dessas forças quando comparadas às demais influências. Mas demonstramos a sua relevância e, assim, contestamos as explicações que, por falta de conhecimento ou interesse, pretendem excluí-las.

4 — Conclusões

Depois de examinar o padrão de mobilidade ocupacional na nossa amostra, decomposta em termos de características individuais e dos efeitos estruturais que contribuem com as probabilidades de mudança específicas aos períodos, rejeitamos a hipótese de dualismo crescente nos mercados de trabalho de Monterrey. Esta proposição empírica, lembramos, deriva de uma visão particular do funcionamento dos mercados de trabalho urbano sujeitos a distorções em preços de fatores e/ou limitações à substituição de fatores com ajustes compensatórios nos critérios de contratação baseados no modelo de capital humano. Como é usualmente apresentado (e como tem sido teoricamente desenvolvido até aqui), esta visão evita qualquer referência explícita aos movimentos independentes na demanda de trabalho. Com efeito, poder-se-ia dizer que a estrutura geral que sustenta a hipótese, pela ênfase que dá aos mecanismos de ajustes de mercado que se auto-equilibram, contesta a importância das variações no ritmo de acumulação de capital. Sugerimos, contudo, que estas variações estão estreitamente associadas com os movimentos observados nas taxas de mudanças ocupacionais. O processo de acumulação inclui a destruição de partes da estrutura de produção existente. Conseqüentemente, argumentamos ainda que a associação positiva entre as duas taxas ocorre simultaneamente com um movimento menor na direção oposta, isto é, com o deslocamento do

trabalho desqualificado das ocupações minimamente qualificadas (e predominantemente assalariadas) para as camadas mais básicas de ocupações. Isto ocorre com maior intensidade durante um período de mudança muito rápida na estrutura de produção.

Obviamente, muito resta a ser feito para o desenvolvimento mais profundo da interpretação esboçada na última seção.²⁹ É importante frisar, entretanto, que, mesmo se muito resta a ser feito, o que já existe no caminho do conhecimento teórico e empírico é suficiente para questionar a interpretação dos eventos dada pela perspectiva dualista. Este estudo contribuiu com esta crítica, tentando mostrar os requisitos não triviais que seriam necessários para a demonstração de que o dualismo é a força preponderante no padrão de mudança ocupacional observado historicamente.

Apêndice I — Características da amostra e da classificação ocupacional

Os dados utilizados neste estudo originam-se da Pesquisa de Mobilidade de Monterrey empreendida em 1965 e relatada em Balan,

²⁹ Fora a questão óbvia da especificidade regional nas tendências de investimento e da produção industrial, três áreas permanecem notavelmente obscuras. Em primeiro lugar, muito pouco foi dito sobre o relacionamento macroeconômico entre a estrutura de mercado, a atividade de investimento, a taxa de utilização de capacidade e o ciclo econômico. Esta análise é necessária para explicar a ligação dinâmica entre o investimento produtivo e: a) a criação de emprego líquido (isto é, emprego total associado com a capacidade instalada operacional a níveis normais de utilização descontada para a perda em emprego produzido pela destruição competitiva de partes da capacidade existente); e b) o espaço econômico variável para a "pequena" produção urbana. A segunda área refere-se não somente ao processo competitivo externo, mas também à organização interna da produção. Em outras palavras, resta ser examinado como as formas de evolução da empresa (desenvolvidas, em parte, como um efeito do processo competitivo) são refletidas no processo de trabalho — e, através dele, nos critérios de contratação e nas trajetórias de mudança ocupacional para aqueles trabalhadores que são empregados assalariados. Finalmente, deve-se conhecer mais sobre o processo de realização ocupacional, aspecto que é explorado mais profundamente em Vieira da Cunha (1980).

Browning e Jelin (1973). Os aspectos técnicos dos procedimentos da amostragem e de entrevistas estão descritos no Apêndice A daquele trabalho. A pesquisa focalizou os processos inter-relacionados de formação da família e mobilidade geográfica e ocupacional entre 1.640 trabalhadores do sexo masculino em Monterrey. Essa base de dados é, por diversas razões, única. Não só descreve com precisão incomum a situação de cada indivíduo nas condições que prevaleciam em 1965, mas inclui, além disso, uma grande quantidade de informações relativas aos precedentes sócio-econômicos. Mais importante ainda, essa base de dados contém uma descrição detalhada sobre as trajetórias de vida com informações sobre mudanças anuais em mais de 30 variáveis relativas à família, educação e história da migração ocupacional.

Para os propósitos deste estudo, as ocupações foram formadas como combinações de tarefas que apresentassem condições similares de trabalho, de níveis de salários (renda do trabalho) na admissão e de padrão de progressão salarial com a idade e com a experiência específica à firma. Resumidamente, os resultados foram obtidos através de um processo de três estágios aplicados a uma *cross-section* de 1965 retirada da amostra: a) uma condensação inicial do código de dois dígitos (com mais de 90 categorias) em aproximadamente 40 descrições de tarefas para as 1.453 observações válidas; b) estimativas dos perfis de rendimento por idade e por experiência na firma para cada uma dessas tarefas, utilizando-se um rendimento semanal padronizado que reconhecesse toda renda declarada (inclusive aquela dos trabalhos secundários), mas sem controle por horas de trabalho; e c) uma pesquisa final das combinações homogêneas usando modelos estatísticos (análise de covariância) aplicados a grupos de perfis idade-rendimentos cuidadosamente selecionados. Os resultados finais estão apresentados na tabela a seguir, onde podem ser vistos na sua forma mais desagregada: com 10 categorias que nem sempre são diferentes estatisticamente. Apesar de as rendas médias serem praticamente hierarquizadas, a tabela indica a falha desse critério de classificação tão comum em captar variações significativas nas trajetórias ocupacionais.

As ocupações nas categorias ocupacionais 9 (referidas no texto como minimamente qualificadas) e 10, a camada mais baixa na

Classificação ocupacional: resultados finais para a distribuição de trabalhos em 1965

Grupos ocupacionais	Resultados da regressão*			Efeitos totais			Renda média semanal	Número de trabalhadores ^b
	Termo constante	Idade	(Idade) ²	Termo constante	Idade	(Idade) ²		
1 ^c	418,08* (95,26)	55,51* (10,39)	-0,98* (0,24)	594,80	55,30	-0,97	972,85	200
2 ^c	125,96**** (83,69)	48,80* (9,52)	-0,94* (0,23)	302,67	48,59	-0,93	1.048,06	93
3 ^c	12,11 (0,13)	39,20* (10,31)	-0,21* (0,25)	188,82	38,99	-0,80	672,55	87
4 ^d	25,70 (33,57)	17,62* (4,59)	-0,41* (0,11)	202,42	17,41	-0,40	369,81	174
5 ^d	25,96 (48,21)	4,45***** (5,64)	-0,63***** (0,13)	202,68	4,24	-0,62	307,66	82
6 ^d	120,87* (43,43)	-0,47 (5,08)	0,11 (0,12)	297,59	ns	ns	336,85	143
7 ^e	45,17*** (26,80)	5,48***** (3,12)	-0,86***** (0,08)	221,89	5,27	-0,85	304,42	100
8 ^e	51,51***** (34,52)	-0,41 (3,76)	0,03 (0,08)	228,23	ns	ns	239,18	98
9 ^e	-2,36 (23,30)	3,75***** (2,70)	-0,09***** (0,06)	174,36	3,54	-0,08	147,01	239
10 ^f	176,72* (45,80)	-0,21 (5,45)	---	176,72	ns	ns	132,09	327

a Os números na tabela são coeficientes MQO do modelo $Y_{ij} = \alpha + \sum \alpha_j + \beta X_{ij} + \gamma(X_{ij})^2 + e_{ij}$. Os números entre parênteses são erros-padrão das estimativas. Os asteriscos denotam o nível de significância de rejeição da hipótese nula ($H_0: \alpha_j = 0; \beta_j = 0; \gamma_j = 0$): * = 1% ou mais; ** = 5%; *** = 10%; **** = 20%; ***** = 1% ou mais, no teste conjunto para idade e (idade)², usado quando a multicolinearidade é severa. Renda semanal é medida em pesos de 1963; idade começa nos 20 anos.

b Refere-se somente aos 1.543 trabalhadores incluídos na análise da renda.

c Regressão dos grupos 1, 2, 3 e 10. $R^2 = 0,7610$, $M = 638$.

d Regressão dos grupos 4, 5, 6 e 10. $R^2 = 0,2625$, $N = 660$.

e Regressão dos grupos 7, 8, 9 e 10. $R^2 = 0,2132$, $N = 625$.

f Indica grupo de controle; todos os outros coeficientes são medidos como desvios desse grupo.

hierarquia, são particularmente interessantes. Os trabalhos na categoria 9 incluem serviços auxiliares e tarefas industriais minimamente qualificados, além daquelas de vigia, de limpeza e do pessoal de segurança. Em 1965, 86% dos trabalhadores eram empregados, a maioria deles nas firmas com mais de 200 trabalhadores e, crescentemente, nas atividades manufatureiras. Este número mudou muito pouco durante os últimos 25 anos, atingindo seu mínimo de 81,3% em 1945 e o máximo de 86,2% em 1960. Em geral, estes trabalhadores tinham baixos níveis de rendimentos no início, mas com a idade obtiveram melhorias significativas, apesar de pequenas. Assim, enquanto 16% deles ganhavam menos do que o salário mínimo, outros 15% ganhavam mais do que dois salários mínimos. Por outro lado, 38% dos trabalhadores na categoria 10 ganhavam menos do que o mínimo e 97% menos do que dois salários mínimos. Estes números referem-se à distribuição em 1965. As tarefas nas ocupações mais baixas tinham rendimentos baixos no início e não demonstraram nenhuma melhoria sistemática com a idade. Enquanto essa categoria inclui os poucos trabalhadores do sexo masculino em serviços domésticos, ela é composta principalmente de trabalhadores nas atividades de comércio de rua, ajudantes na construção e trabalhadores em tarefas auxiliares como empacotamento, arrematamento, transporte, etc. A proporção de empregados nesta categoria ocupacional cai de 82 para 73% entre os anos de 1945 e 1965. Para essa categoria, a participação no emprego manufatureiro cai de 41 para 34%, apesar de que durante este período, para a amostra como um todo, essa participação ficou estável em 38%. Em suma, entre as ocupações pesquisadas, as da categoria 10 são mais próximas daquelas com características normalmente relacionadas ao trabalho no setor não protegido de um mercado de trabalho dual: baixa remuneração e expectativas desalentadoras de aumentos, baixos níveis de capital humano e uma predominância esmagadora de trabalho manual, uma participação relativamente alta de auto-emprego e de emprego em empresas pequenas. Note-se que isso se dá em uma economia que, já em 1940, tinha 82% da sua mão-de-obra em ocupações assalariadas (sendo que 38% trabalhavam em firmas com mais de 20 empregados, em contraste com 75% em 1965).

Apêndice 2 — Coeficientes, testes e valores médios no modelo de probabilidades

A — Mobilidade ascendente a partir das ocupações mais baixas

Períodos	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅	X ₆	X ₇	X ₈	X ₉	Constante	
1960/65											
Os que ascendem	A	0,001 (0,067) ^a	0,007 (0,380)	0,011 (0,213)	0,756* (2,725)	-0,515*** (1,783)	-0,065 (0,274)	-0,741** (2,014)	-0,193 (0,579)	-0,067 (0,245)	0,004 (0,010)
	B	-0,048* (3,031)	0,019 (1,123)	-0,041 (0,775)	0,250 (0,798)	0,783* (2,498)	-0,195 (0,781)	1,993* (2,787)	1,397*** (1,994)	0,230 (1,148)	-1,488*** (1,809)
	C	0,028** (1,988)	-0,400** (2,262)	0,020 (0,370)	-1,167* (2,846)	0,077 (0,299)	0,482*** (1,964)	-0,230 (0,801)	-0,472 (1,225)	-0,087 (0,317)	-0,618 (1,118)
Os que ficam	λ [variável(is)] ^b	0,020 4,63	0,014 10,17**	0,010 37,29*	7,365*** 7,365***	-0,314 7,66	-0,172	-0,922	-0,732	-0,165 15,14**	2,081
	Proporção corretamente pre- vista		90,2%								
	λ (geral) ^c		396,43*								
	Número de observações		292								
	Médias (no início)	22,40	11,80	2,70	0,490	0,264	0,615	0,202	0,431	0,230	
1955/60											
Os que ascendem	A	0,023*** (1,592)	0,027*** (1,394)	-0,011 (0,206)	0,028 (0,121)	0,214 (0,797)	0,316 (1,219)	0,921 (1,051)	-0,505*** (1,457)	0,129 (0,460)	-1,201* (2,740)
	B	-0,083* (0,032)	0,143* (2,666)	0,143* (2,670)	0,511** (2,194)	0,448*** (1,723)	-0,936* (3,421)	0,677** (2,099)	0,280 (0,939)	0,268 (0,955)	-0,405 (0,983)
	C	-0,057* (3,183)	0,037*** (1,350)	0,011 (0,206)	-0,224 (0,963)	-0,416*** (1,445)	-0,135 (0,453)	-0,620*** (1,769)	-0,012 (0,457)	0,199 (0,722)	0,310 (0,676)
Os que ficam	λ [variável(is)] ^b	0,034 4,13	0,010 4,67	-0,143 25,44*	-0,315 8,29***	-0,246 18,46*	0,755	-0,378	0,337	-0,586 10,25***	1,206
	Proporção corretamente pre- vista		84,3%								
	λ (geral) ^c		332,69*								
	Número de observações	266	10,26	2,77	0,519	0,267	0,028	0,252	0,308	0,241	
	Médias (no início)	18,69	10,26	2,77	0,519	0,267	0,028	0,252	0,308	0,241	
1950/55											
Os que ascendem	A	0,001 (0,075)	-0,043*** (1,467)	-0,110*** (1,656)	-0,619** (1,947)	0,240 (0,876)	-0,123 (0,401)	-0,035 (0,090)	0,205 (0,645)	0,089 (0,304)	0,697*** (1,494)
	B	-0,009 (0,481)	-0,027 (1,692)	-0,114*** (1,692)	0,831* (3,671)	0,101 (0,573)	0,435 (1,268)	-0,463*** (1,267)	-0,512*** (1,612)	0,270 (0,906)	-0,169 (0,340)
	C	-0,010 (0,444)	0,003 (0,060)	0,369* (4,053)	-0,906* (2,678)	-0,043 (0,144)	-0,731*** (1,597)	0,916*** (1,899)	0,884** (2,219)	-0,030 (0,099)	-2,073* (3,468)
Os que ficam	λ [variável(is)] ^b	0,017 5,86	0,068 13,85*	-0,135 50,63*	0,687 11,78**	-0,358 14,25**	0,418	-0,416	-0,577	-0,329 3,26	1,545
	Proporção corretamente pre- vista		85,8%								
	λ (geral) ^c		256,72*								
	Número de observações	10,23	9,54	2,96	0,498	0,322	0,682	0,194	0,483	0,370	
	Médias (no início)	16,23	9,54	2,96	0,498	0,322	0,682	0,194	0,483	0,370	

1945:50											
Os que ascendem	A	-0,022	-0,023	-0,077	-0,188	-0,855*	-0,063	-0,205	0,004	-0,215	1,403*
		(1,058)	(0,636)	(1,262)	(0,520)	(2,865)	(0,191)	(0,754)	(0,011)	(0,706)	(2,775)
	B	-0,045**	-0,037	-0,072	0,831*	0,242	-0,136	1,028**	1,167*	0,511***	-0,737***
		(2,066)	(1,020)	(1,192)	(2,065)	(0,842)	(0,425)	(2,200)	(2,548)	(1,672)	(1,584)
	C	0,052**	0,042	0,222*	-0,189	0,022*	-0,702***	0,165	-0,227	-0,277	-2,832*
		(2,224)	(1,147)	(3,867)	(0,614)	(2,878)	(1,639)	(0,409)	(0,642)	(0,762)	(4,517)
Os que ficam		0,015	0,018	-0,173	-0,504	-0,309	0,901	-0,888	-0,584	-0,069	2,186
λ [variável(s)]		12,64**	56,92*	35,07*	12,82*	16,37**		8,98			
Proporção corretamente pre-			83,1%								
vista											
λ (geral)		193,08*									
Número de observações		199									
Médias (no início)		12,09	7,67	3,42	0,508	0,387	0,729	0,216	0,457	0,307	
1940:54											
Os que ascendem	A	0,086**	-0,116***	-0,031	-0,680***	-0,661***	0,038	-0,576	0,603***	0,357	0,301
		(2,067)	(1,716)	(0,447)	(1,924)	(1,895)	(0,096)	(1,189)	(1,475)	(1,105)	(0,460)
	B	-0,055***	-0,013	-0,113***	1,621*	1,030*	0,191	0,688***	0,303	-0,196	-0,797
		(1,726)	(0,207)	(1,483)	(3,901)	(2,856)	(0,470)	(1,448)	(0,758)	(0,694)	(1,079)
	C	0,086***	0,130***	0,246*	-1,092*	-0,563***	0,508***	0,300	0,352	-0,073	-1,879***
		(1,878)	(1,670)	(2,634)	(2,804)	(1,700)	(1,398)	(0,973)	(1,013)	(0,228)	(1,823)
Os que ficam		0,076	-0,011	-0,102	0,151	0,183	-0,443	-0,502	-0,584	-0,088	1,875
λ [variável(s)]		13,81*	13,24*	52,82*	11,289*	10,05*		3,92			
Proporção corretamente pre-			80,2%								
vista											
λ (geral)		161,02*									
Número de observações		153									
Médias (no início)		11,05	6,54	3,32	0,425	0,366	0,771	0,229	0,444	0,327	

B - Mobilidade descendente a partir das ocupações minimamente qualificadas

1960:65											
λ [variáveis]		0,012	-0,991*	-0,319*	0,430	-0,119	-0,722*	-0,210	-0,371	-0,365	1,004**
		(0,858)	(3,485)	(4,228)	(1,227)	(0,419)	(2,437)	(0,668)	(1,018)	(1,239)	(2,195)
Proporção corretamente pre-		34,15*	45,61*	203,67*	29,06*	3,09			4,51		
vista											
λ (geral)		75,4%									
Número de observações		227	272,91*								
Médias (no início)		21,11	8,93	4,37	26,4	42,3	65,6	30,4	39,7	40,5	
1955:60											
λ [variáveis]		-0,043*	0,029	-0,214*	0,184	0,756*	-0,602	2,308*	1,523**	-0,200	-0,477
		(2,319)	(1,149)	(3,171)	(0,479)	(2,600)	(1,959)	(4,234)	(2,536)	(0,636)	(0,755)
Proporção corretamente pre-		18,22*	23,11*	22,86*	30,22*	99,24*		14,12**			
vista											
λ (geral)		74,2%									
Número de observações		201	214,89*								
Médias (no início)		16,48	7,66	4,40	23,9	39,8	69,2	27,9	43,3	42,8	

(continua)

(conclusão)

Períodos	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅	X ₆	X ₇	X ₈	X ₉	Constante
1950/55	-0,076*	0,017	-0,250*	0,094	-1,954*	-0,436	-0,920**	-0,631****	-0,382	2,776*
λ [variáveis]	(3,371)	(0,870)	(3,127)	(0,288)	(3,181)	(1,010)	(2,911)	(1,346)	(0,990)	(4,031)
Proporção corretamente prevista	47,16*	28,62*	21,82*	48,61*	20,71*		29,65*			
λ (geral)	57,3%	192,67*								
Número de observações	147									
Médias (no início)	13,22	6,64	4,48	32,7	38,1	75,5	29,3	40,5	39,5	
1945/50	-0,011	-0,240*	-0,463*	-0,503****	-0,103	1,848*	-0,523	-0,118	-0,142	1,630**
λ [variáveis]	(0,360)	(2,688)	(3,960)	(1,289)	(0,262)	(2,856)	(1,107)	(0,215)	(0,279)	(2,045)
Proporção corretamente prevista	10,36**	41,26*	67,45*	17,55*	22,35*		6,50			
λ (geral)	70,8%	99,60*								
Número de observações	105									
Médias (no início)	11,91	6,23	4,75	36,2	44,8	79,1	33,3	34,3	35,2	
1940/45	-0,113**	0,093	-0,315*	-2,020*	-0,370	0,597	0,236	0,484	0,006	1,880**
λ [variáveis]	(2,502)	(1,075)	(3,431)	(3,341)	(0,984)	(1,266)	(0,444)	(0,822)	(0,012)	(2,451)
Proporção corretamente prevista	22,16*	23,05*	52,67*	22,61*	2,34			14,70*		
λ (geral)	73,4%	78,80*								
Número de observações	97									
Médias (no início)	8,23	5,05	4,95	30,9	57,7	80,4	33,0	26,8	28,6	

a Os números entre parênteses são valores absolutos das estatísticas t assintóticas. Os asteriscos denotam rejeição da hipótese nula em níveis de significância: * = 1% ou mais; ** = 5%; *** = 10%; e **** = 20%.

b Corresponde a ...2 vezes a diferença dos logaritmos da razão de verossimilhança do modelo completo e do modelo de estimação com os correspondentes parâmetros substituídos por zero. Esta estatística é distribuída assintoticamente como uma "qui-quadrado" com tantos graus de liberdade como coeficientes ajustados a zero. Ver Nerlove e Press (1976).

c *Ibid.*, para todas as variáveis simultaneamente.

Legenda:

- X₁ ... experiência (medida em anos).
- X₂ ... experiência específica à ocupação (medida em anos).
- X₃ ... escolaridade ... sem contar repetições (medida em anos).
- X₄ ... especialização ("aprendizes" ou "auxiliares de artefício").
- X₅ ... SEB (trabalhadores cujos pais — quando os entrevistados tinham 20 anos de idade — não eram trabalhadores agrícolas, mineiros, trabalhadores manuais não-qualificados na indústria, ajudantes manuais nas atividades comerciais e de serviços ou, se auto-empregados, não eram vendedores de rua ou similares). Ver Balan, Browning e Jelin (1973, p. 98).
- X₆ ... origem em comunidades com menos de 5.000 habitantes no momento em que os entrevistados viviam nelas, entre idades de cinco e 15 anos. Os dados referem-se às estimativas dos censos mais próximos. Ver Balan, Browning e Jelin (1973, p. 62).
- X₇ ... empregados nas firmas com 50 ou mais trabalhadores.
- X₈ ... empregados nas firmas com 50 ou menos trabalhadores.
- X₉ ... trabalhadores em atividades "dinâmicas" (isto é, em setores que cresceram a taxas superiores à média do período).
- A ... destino nas ocupações manuais ou de serviços mais baixas (grupo 9 da tabela do Apêndice 1).
- B ... destino nas ocupações industriais (profissionais) (grupo 6-8 da tabela do Apêndice 1).
- C ... destino nas ocupações de supervisão e de serviços especializados (grupo 5-1 da tabela do Apêndice 1).

Bibliografia

- ARELLANO, J. *Se agrava el desempleo urbano al aumentar los puestos de trabajo en el sector moderno?* Notas Técnicas, 45. CIEPLAN, 1981.
- BALAN, J., BROWNING, H., e JELIN, E. *Men in a developing society*. Austin, University of Texas Press, 1973.
- BECKER, G., e TOMES, N. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. *Journal of Political Economy*, 87:1.153-89, 1979.
- BENETTI, C. *La acumulación en los países capitalistas subdesarrollados*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976a.
- . *Valeur et repartition*. Paris, F. Maspero, 1976b.
- BERRY, A. Price of capital, income and demand for labor in developing countries. *Southern Economic Journal*, 99:457-69, 1978.
- BERRY, A., e SABOT, R. Labor market performance in developing countries: a survey. *World Development*, 6:1.199-242, 1978.
- BLOMQUIST, A. Urban job creation and unemployment in LDC's: Todaro vs. Harris and Todaro. *Journal of Development Economics*, 5:3-18, 1978.
- BOWLES, S. Aggregation of labor inputs in the economics of growth. *Journal of Political Economy*, 78:68-81, 1970.
- BRUTON, H. *Employment, productivity and import substitution*. Research Memorandum, 44. Williams College, 1972.
- BRUTON, H., e FRANK, C. Mathematical appendix. In: FRANK, C., e WEBB, R., eds. *Income distribution and growth in the less developed countries*. Washington, Brookings Institution, 1977.
- CEPAL. Estudio regional de México. *Comercio Exterior*, 22:238-47, 1972.

- CORDERA, R. Estado y economía en México: la perspectiva histórica. *Economía de América Latina*, 3:101-24, 1979.
- ECKAUS, R. *Estimating the returns to education*. Berkeley, Carnegie Foundation for Advancement of Teaching, 1973.
- FAJNZYLBER, F., e MARTINEZ, T. T. *Las empresas transnacionales: expansión a nivel mundial y proyección en la industria mexicana*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- HARBERGER, A. On measuring the social opportunity cost of labour. *International Labour Review*, 103:559-79, 1971.
- HECKMAN, J. The common structure of statistical models of truncation, sample selection and limited dependent variables. *Annals of Economic and Social Measurement*, 5:465-92, 1976.
- ISBISTER, J. Urban employment and wages in a developing economy: the case of Mexico. *Economic Development and Cultural Change*, 20:24-46, 1971.
- JORGENSEN, D. The development of a dual economy. *Economic Journal*, 71:309-34, 1961.
- KING, T. *Mexico – industrialization and trade policies since 1940*. London, Oxford University Press, 1970.
- LAUTIER, B., e TORTAJADA, R. *Ecole, force de travail et salariat*. Paris, F. Maspero, 1978.
- LAVELL, A. Regional industrialization in Mexico: some policy considerations. *Regional Studies*, 6:343-62, 1972.
- LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 22:139-91, 1954.
- LUSTIG, N. *Distribución del ingreso y crecimiento en México*. México, El Colegio de México, 1981.
- MARQUEZ, C. Nivel de salario y dispersión de la estructura salarial. *Economía Mexicana*, 3:45-64, 1981.

- McFADDEN, D., e MANSKI, C. Econometric models of probabilistic choice. In: *Structural analysis of discrete data*. Cambridge, MIT Press, 1981.
- MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. New York, Columbia University Press, NBER, 1974.
- . *The economics of wage floors*. Working Paper, 804. Cambridge, Mass., NBER, 1981.
- MINSKI, H. *John Maynard Keynes*. New York, Columbia University Press, 1975.
- NAFINSA. *La economía mexicana en cifras*. México, Nacional Financiera S.A., 1978.
- NERLOVE, M., e PRESS, S. *Multivariate log-linear probability models for the analysis of qualitative data*. Discussion Paper, 1. Northwestern University, Center for Statistics and Probability, 1976.
- NUN, J. Sobre población relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, 2:178-235, 1969.
- OFFE, C. *Industry and inequality*. London, Edward Arnold Ltd., 1976.
- ORTIZ MENA, R., e URQUIDI, V. *El desarrollo económico de México y su capacidad para absorber capital del exterior*. México, Nacional Financiera S.A., 1954.
- ROS, J. La desaceleración de la expansión industrial en los setentas. *Investigación Económica*, 32, 1979.
- ROSEN, S. Learning and experience in the labor market. *Journal of Human Resources*, 7:326-42, 1972.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper and Row, 1942.

- SEN, A. Peasants and dualism with or without surplus labor. *Journal of Political Economy*, 74:425-50, 1966.
- SOLIS, L. *La realidad económica mexicana*. México, Siglo XXI, 1970.
- SOUZA, P. Salário e mão-de-obra excedente. In: *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- STEINDL, J. *Maturity and stagnation in American capitalism*. New York, Monthly Review Press, 1976.
- STIGLITZ, J. Alternative theories of wage determination and unemployment in LDC's. *Quarterly Journal of Economics*, 88:194-227, 1974.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Tese de Livre-Docência. Mimeo. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978.
- THE ECONOMIST. *Quarterly Economic Review – Mexico*. Annual Supplement, ago. 1965.
- TODARO, M. Urban job expansion, induced migration and rising unemployment: a formulation and simplified empirical test for LDC's. *Journal of Development Economics*, 3:211-25, 1976.
- TREJO, S. *Industrialización y empleo en México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- UNIKEL, L. *El desarrollo urbano en México*. México, El Colegio de México, 1976.
- VAZQUEZ, A. Crecimiento económico y productividad en la industria manufacturera. *Economía Mexicana*, 3:65-78, 1981.
- VIEIRA DA CUNHA, P. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. *Revista de Administração de Empresas*, 19:24-46, 1979.

- . *Producción y empleo: veinte cinco años de cambio ocupacional en Monterrey, México*. Mimeo. Rio de Janeiro, Programa ECIEL, 1980.
- . Métodos estadísticos de análise de mudanças ocupacionais. *Estudos Econômicos*, 12:95-126, 1982.
- VILLAREAL, R. *El desequilibrio externo en la industrialización de México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- VILLAVICENCIO, J. Sector informal y población marginal. In: TOKMAN, V., e KLEIN, E., eds. *El subempleo en América Latina*. Buenos Aires, El Cid Editores, 1979.
- WACHTER, M. Primary and secondary labor market: a critique of the dual approach. *Brookings Papers on Economic Activity*, 3:637-93, 1974.
- WHITE, L. The evidence on appropriate factor proportions for manufacturing in less-developed countries: a survey. *Economic Development and Cultural Change*, 27:27-8, 1978.
- WILLIAMSON, O., WACHTER, M., e HARRIS, J. Understanding the employment relation: the analysis of idiosyncratic exchange. *The Bell Journal of Economics*, 6:250-78, 1975.
- WITTE, A. Employment in the manufacturing sector of developing economics: a study of Mexico and Peru. *Journal of Development Studies*, 10:33-49, 1973.
- ZAREMBKA, P. *Toward a theory of economic development*. San Francisco, Holden-Day, 1972.

(Originais recebidos em maio de 1982. Revistos em abril de 1983.)

